



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Texto para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA		
EVENTO: Reunião Deliberativa	Nº 0039/12	DATA: 29/02/ 2012
INÍCIO: 15h09min	TÉRMINO: 17h48min	DURAÇÃO: 02h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h39min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão do Parecer do Relator.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, boa tarde.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que foi distribuída cópia da ata da 36ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 30 de novembro.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de dispensa da leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, declaro aprovada a dispensa da leitura e submeto a ata à discussão.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloca-a em votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Srs. Parlamentares, em se tratando da primeira reunião desta Comissão nesta 2ª Sessão Legislativa Ordinária, mantive contato com alguns dos Srs. Parlamentares, sobretudo com o nobre Relator, no sentido de propor-lhes que fizéssemos uso da Ordem do Dia nesta sessão para considerações e encaminhamentos e não para o início formal da discussão da proposta apresentada pelo Relator, que abrissemos a palavra, a fim de chegarmos aqui a alguma conclusão acerca dos procedimentos que deveremos adotar a partir da próxima reunião, que será designada para a próxima semana.

Portanto, consulto inicialmente o nobre Relator sobre se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Concedo-lhe a palavra, Deputado Henrique Fontana, inscrevendo a seguir o Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o nosso Presidente, os colegas Parlamentares que retomam o trabalho desta Comissão, depois do nosso último recesso, e as demais pessoas da assessoria e da imprensa que nos acompanham.



Sugeri ao Presidente, quando S.Exa. tomou a iniciativa de me ligar ontem, como Presidente, perguntando o que eu achava sobre a retomada dos nossos trabalhos, que convocasse uma reunião da Comissão, de toda a Comissão, para que pudéssemos, de maneira muito aberta e franca, colocar as hipóteses que temos de continuidade do nosso trabalho.

Nós todos aqui temos, evidentemente, experiência e maturidade política. Acompanhamos *pari passu* a Comissão e sabemos que, no final do ano passado, depois de 1 ano de muito trabalho, de muitas reuniões, de roteiros que fizemos pelo Brasil, de oitivas que fizemos aqui na Comissão... Aliás, é um trabalho que considero extremamente qualificado, e o fato de termos conseguido ou não votar, no final do ano passado, não é a régua para medir a qualidade do trabalho que nós fizemos. A política e o Parlamento têm esta questão: muitas vezes, pode demorar muitos meses a construção de um ambiente para a votação de uma matéria; em outros momentos, rapidamente se pode chegar a um ambiente que permita a votação e a aferição de maiorias.

Mas nós não conseguimos isso, ao final do ano passado — e eu pude sentir isso, pela fala de diversos colegas, mesmo com todos os esforços no sentido de composição em torno do relatório —, ter a sensação de que o ambiente nos permitia votar este relatório e passar pela primeira fase, que é a de obter maioria para aprovar o relatório, ressalvados os destaques, para que ajustes ao texto sejam feitos de acordo com as maiorias que se constituam, na análise de cada destaque.

Aliás, Presidente, propus e quero reafirmar uma proposta que fiz a V.Exa., que conduz os nossos trabalhos, para dar mais tranquilidade e segurança a todas as bancadas. Existem diferentes temas sobre os quais é muito difícil aferir o que quer a maioria deste Plenário antes de votar, por mais que se converse, por mais que se avalie. Não há como mapear isso. Eu propus um sistema de segurança plena, segundo o qual, uma vez aprovado o relatório, todo e qualquer destaque poderá ser feito ao relatório e todas as maiorias que se constituírem vitoriosas com esses destaques poderão ser incorporadas ao relatório, que não será mais o relatório do Deputado Henrique Fontana, mas o relatório da Comissão, que irá a plenário e enfrentará outra rodada de debates, com novos destaques etc.



Eu mantenho e reafirmo esta proposta a todos os companheiros e colegas aqui da Comissão, inclusive abrindo mão dos limites regimentais de número de destaques. Na época, sugeria um destaque a mais para cada bancada, mas quero ir além, se de repente precisarmos de dois destaques a mais. Mas eu acho que os destaques também vão confluir — duas ou três bancadas querem destacar o mesmo tema. Por exemplo: eu lembrava que a Deputada Rosane Ferreira defende, desde o início dos trabalhos desta Comissão, a coincidência de eleições, como o Deputado Marcelo Castro e outros. E eu não coloquei no relatório a coincidência de eleições. Agora, um destaque pode tornar vitoriosa a coincidência de eleições, e o relatório vai ser alterado. Portanto, nós passaremos, neste caso, para a segunda fase.

No último mês do ano passado, como Relator, incorporei no relatório uma mudança que considero importante, estrutural e forte. Foi a alteração do sistema de votação. Aliás, de maneira respeitosa, fui criticado pelo meu amigo Deputado Alfredo Sirkis, que disse: *Mas tu estás mudando. Tu tens que enfrentar a votação*”. E eu lhe disse que percebi, depois de muitos debates, que muitos colegas achavam o sistema bom. E foi o sistema que eu propus, o proporcional misto, qual seja, aquele em que o eleitor vota primeiro no partido de sua escolha e depois, livremente, no Deputado ou na Deputada de sua escolha — inclusive, desvinculados esses dois votos.

Mas havia uma fala — e o Deputado Luciano Castro foi o que mais explicitamente expressou essa fala aqui na Comissão —, segundo a qual esse sistema, na política brasileira atual, por um conjunto de variantes históricas que não vem ao caso aqui recapitular, poderia beneficiar o meu partido, o PT. Por acúmulo, por conjuntura, o PT tem uma popularidade partidária maior do que outros partidos. Então, havia uma possibilidade de leitura do relatório, Deputado Arnaldo, de que ele poderia gerar desequilíbrio em relação à situação atual.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, apenas pela oportunidade: V.Exa. deu a sugestão de que as bancadas apresentem número maior de destaques. Regimentalmente, onde se suporta isso?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu vou seguir com a minha fala e, ao final, abordar o tema que V.Exa. traz.



Então, eu disse: *“Vamos, então, modificar o sistema de votação”*. E aí migramos para um sistema que foi apresentado por pessoas que vieram à Comissão. Não me lembro bem agora, a minha memória falha, mas, se não me engano, o Prof. Jairo Nicolau foi um dos que trouxeram esta sugestão — e ela já fez parte de outros debates —, do chamado sistema de lista flexível, no qual, insisto, o eleitor fica com 100% do poder.

Esse sistema é absolutamente neutro, Deputado William Dib, em relação à situação atual de cada partido. Por quê? Porque o eleitor tem o mesmo direito de voto que tem hoje, ou seja, ele vota uma vez para Deputado. Ou ele vota no partido, na legenda, como pode votar hoje, ou ele vota nominalmente no Deputado João Paulo, na Deputada Luiza Erundina, na Deputada Rosane Ferreira e assim por diante.

Por exemplo: se 100% dos eleitores de um partido votam nominalmente, Deputado Marcus Pestana, quem são os eleitos por esse partido? São exatamente os Deputados mais votados, porque o eleitor desse partido disse: *“Eu não quero eleger Deputados na ordem da lista que o partido apresentou na inscrição”* — uma lista para a inscrição dos candidatos.

Então, Deputado Reguffe, por hipótese, o PDT aqui no Distrito Federal obteve 95% dos seus votos, e foram votos nominais nos candidatos que disputaram. A lista não teve influência nenhuma porque os eleitos são os mais votados nominalmente.

Vamos para o outro extremo — não haverá extremos; falo só didaticamente: 100% dos eleitores de um partido cancelaram a lista que o partido apresentou e votaram partidariamente, elegendo quatro Deputados. Quem são esses quatro Deputados? São os quatro primeiros da lista.

E existirão situações intermediárias: se um partido elege quatro Deputados, 25% dos seus eleitores votaram partidariamente e 75% votaram nominalmente. Então, o primeiro da lista está eleito e os três mais votados também estão eleitos.

Esse sistema, aliás — eu fazia essa brincadeira à época —, não pode ser criticado, como se fosse um “sistema jabuticaba”. Não que eu tenha qualquer problema com a jabuticaba. Eu acho que muitas questões que são primeiramente aplicadas aqui no Brasil são corretas, boas e se mostraram positivas, mas esse sistema de lista flexível é adotado na Bélgica, na Dinamarca, na Holanda, na Áustria,



na Noruega, na Suécia. E ele tem também uma vantagem: revitaliza a democracia interna dos partidos. Está no meu relatório a exigência do voto secreto dos filiados para compor o ordenamento dessa lista.

Durante o período do recesso, mais precisamente no início deste ano, o nosso colega Deputado Miro Teixeira e outros Líderes muito importantes na Casa — o que mostra a força política desta proposta — protocolaram um projeto de decreto legislativo. O projeto foi assinado pelo Deputado Miro Teixeira; pelo Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves; pelo Deputado Duarte Nogueira, à época Líder do PSDB; pelo Deputado Pauderney Avelino, do Democratas; pelos Deputados Lincoln Portela, Jovair Arantes, Vitor Paulo e pelo nosso colega de Comissão, Deputado Reguffe. Esse projeto de decreto legislativo propõe um plebiscito, a ser realizado em 2012, junto com as eleições municipais deste ano.

Em seu art. 1º, ele propõe: *“(...) o povo definirá, em plebiscito, o sistema eleitoral que será adotado no País para as eleições de deputados federais, deputados estaduais e vereadores”*.

Diz ainda o projeto de decreto legislativo:

§ 1º Das opções constarão os modelos:

I - Proporcional (atual);

II - Misto;

III - Distrital;

IV - Distrital misto;

V - Distritão (majoritário).

O art. 2º do projeto fala sobre o sistema de comunicação, do livre acesso para o debate.

O art. 3º diz o seguinte:

“Em horário eleitoral específico, de trinta minutos diários, os Partidos Políticos ou Frentes Partidárias expressarão os devidos esclarecimentos sobre a opção de sua preferência.”

O parágrafo único diz que o Tribunal Superior Eleitoral vai expedir as normas que regulamentarão esse artigo.



E o art. 4º propõe a consulta, sob forma de plebiscito, sobre o tema do financiamento, dizendo:

“No mesmo plebiscito, o povo decidirá em relação ao financiamento público ou privado para as campanhas eleitorais.

§1º O eleitor votará, em primeiro lugar, na opção público ou privada, em seguida, definirá, se for o caso, pelo financiamento público exclusivo ou misto.”

Então, dá claramente a entender que o eleitor que optar pelo financiamento público vai ser perguntado também se prefere o público puro ou o público misto.

“§ 2º A Lei definirá, até o mês de junho do ano que antecede a eleição, a dotação para o financiamento público, caso este venha a ser determinado pelo povo.”

Bom, eu refleti bastante e conversei com alguns colegas, porque isso mexe ponteiro com muita força na conjuntura política. Mas não com o tempo que gostaria. Conversei brevemente com o Deputado Miro Teixeira. Isso mexe profundamente com o ponteiro no debate sobre a reforma política no País.

E passo a expressar a minha reflexão e a minha sugestão para a nossa Comissão.

Parece-me que uma consulta, a ser feita em 2012, carrega dois problemas. O primeiro: ela mistura a consulta sobre o sistema político que queremos para o País com a disputa que faremos sobre os rumos de Prefeituras, Câmaras de Vereadores etc., o que pode gerar situações de confusão no debate. Vamos ser claros, independentemente de quem vai defender a posição A, B ou C: essa mistura pode alterar o resultado que eventualmente a população vem construindo sobre quem deve ser o Prefeito da cidade A. Então, misturar esse debate pode até, eventualmente, deslocar esse tema.

O segundo problema: na minha opinião, há dificuldade de executar, no tempo adequado, uma votação que nos permita chegar ao dia 13 de outubro de 2012 com este tema resolvido.

De outro lado, como Relator, mesmo sofrendo de novo uma crítica do meu amigo Deputado Sirkis, estou aqui lutando para criar um clima que reconheça



aproximações e que amplie a possibilidade de maioria, que nos permita votar na Comissão e depois votar no plenário um novo sistema político para o País.

Então, repetindo uma frase que muitas vezes ouvi do Deputado Miro, um dos líderes deste projeto de decreto legislativo, afirmo: devemos ter a preocupação de não gerar um novo sistema político que possa contrariar a vontade da maioria da população.

Outra frase que popularmente se usou algumas vezes é esta: *“Que não se corra o risco de gerar a interpretação de que os Parlamentares estão votando no sistema político para melhorar a vida dos Parlamentares e não para melhorar a democracia do País.”*

Eu que proponha uma consulta a ser feita duas eleições depois da adoção de um novo sistema, na minha opinião evoluo — essa é a palavra —, para me encontrar em meio de caminho com os autores desse projeto de decreto legislativo e propor que façamos um referendo, em 2013, Presidente, sobre o projeto de lei e, portanto, a lei que venhamos a votar nesta Comissão, no plenário da Câmara e no plenário do Senado, de tal forma, Deputados William Dib e Waldenor Pereira, que a população tenha 100% de controle sobre se ela quer ou não que o sistema de financiamento que será aprovado nesta Comissão, no plenário da Câmara e do Senado, entre em vigor ou não.

Isso foi feito, aliás, na Inglaterra. Recentemente, depois de muitos debates, em que se questionou o voto distrital inglês na forma como é adotado na Inglaterra, foi tentada uma mudança. O Congresso aprovou um sistema diferente de votação em relação ao distrital; ele foi submetido a um referendo; e esse sistema novo foi derrotado no referendo. Portanto, a Inglaterra continua com o sistema de voto distrital.

Então, haveria 100% de segurança de que nenhuma mudança estrutural — eu até anotei essa expressão no meu resumo; porque referente a financiamento de campanha e sistema de votação — será tomada sem a concordância da população.

Neste caso, refaço o relatório, desmembrando exatamente a parte do financiamento, como se fosse o capítulo 1, no caso de o caminho ser este: debatido com a sociedade etc. Vamos supor — e deixem-me aqui pensar por alguns minutos nesta possibilidade, seguramente o maior objetivo que tenho dentro desta Comissão



e como cidadão brasileiro — que seja vitoriosa a proposta do financiamento público exclusivo de campanha. Aí vai estar todo o detalhamento do financiamento público, como está, aliás, no projeto de lei que apresentei à Comissão. Em aproximadamente nove páginas detalho como será distribuído o recurso; o percentual que vai ser destinado a cada partido; quanto vai para cada nível de eleição; o percentual de distribuição igualitária; o critério para a distribuição do recurso.

Na minha opinião — e aí dialogo com os autores do projeto de decreto legislativo —, nesse conjunto de detalhamentos está o essencial do tema financiamento público, privado ou misto. Suponhamos que num eventual plebiscito prévio seja aprovado o financiamento misto de campanha. Como seria o financiamento misto? Seria com dinheiro público e privado, por óbvio. Mas seria 50% público e 50% privado? Dez por cento público e 90% privado? Noventa por cento público e 10% privado? Haveria dinheiro de empresas ou não? Haveria teto para os doadores ou não? Haveria teto para a captação ou não? Sendo o financiamento público, haveria um conjunto de artigos e de leis que nos dariam a garantia de que a punição seria exemplar, no caso de descumprimento da lei?

Então, todos esses detalhes me permitem, na minha opinião, como cidadão, dizer “sim” num referendo ao financiamento público de campanha. Se o financiamento público de campanha não vem acompanhado de uma lei clara, precisa e exemplar para punir quem descumpra a lei, eu também não voto “sim” no referendo. Então, se sou consultado de forma genérica — e sobre isso é que pondero com os autores da proposta —, a consulta termina não sendo, do meu ponto de vista, tão precisa quanto nós todos queremos.

É a mesma coisa quando eu vou para o tema do sistema eleitoral. Primeiro, imagino, mesmo seguindo o caminho ou o raciocínio deste projeto de decreto legislativo, que proporíamos, provavelmente, um segundo turno, porque há cinco sistemas eleitorais propostos aqui e, obviamente, para alterar um sistema desse, queremos a maioria absoluta da sociedade. Poderia haver uma divisão de 20%, 25% — 10% para cá e 15% para lá —, e o sistema poderia ser mudado por um quarto do eleitorado. Não é o caso. Teria de haver aqui segundo turno.

Digamos que ganhasse no segundo turno, por hipótese, o sistema distrital misto. Mas qual é o sistema distrital misto? Porque existem muitas variantes de



distrital misto. Por exemplo: o sistema distrital misto alemão, pelo qual tenho simpatia, é 100% proporcional. Primeiro o eleitor decide em que partido vota, e o percentual que esse partido faz é o número de cadeiras que ele ocupa no Parlamento. Por exemplo: o partido A fez 20% dos eleitores do Brasil; ele conquistou 102 vagas, por hipótese. Se esse partido ganhou a eleição, por hipótese, em 80 distritos do Brasil, os 80 vitoriosos nos distritos vão preencher as primeiras 80 vagas desse partido. E os outros 22 — porque o partido conquistou 102 vagas — serão os 22 primeiros da lista que o partido apresentou na eleição. E, se algum coincidir, vai puxando para baixo os da lista.

Lá, inclusive, o Parlamento é móvel: se o partido conquistar 100 vagas e 120 Deputados daquele partido ganharem a eleição nos distritos, todos eles vão para o Parlamento. E, momentaneamente, o Parlamento passa a ter um número maior de Deputados.

Esse é o sistema alemão. O sistema americano é diferente. Eu tenho simpatia pelo sistema distrital misto alemão porque ele é 100% proporcional. Acho que o sistema proporcional — e já discutimos isso aqui — é melhor para aferir minorias de opinião. E, quando se vai para um componente 100% distrital para decidir quem ganha as vagas, a tendência é de que haja uma concentração de poder, na minha avaliação, entre dois ou três partidos, ou no máximo quatro, no país.

Anotei outra questão para conversarmos aqui. Por exemplo: o item 2. Se ganhasse aqui a proposta de um sistema misto, qual seria o sistema misto? Há diversos sistemas mistos.

É evidente que eu vou colocar outras posições, mas estou citando preliminares até para quem acha que o melhor caminho é o que começa por um plebiscito.

Poderíamos fazer uma lista mais longa de sistemas eleitorais. Poderíamos. Aqui na proposta dos autores não aparece o sistema do voto em lista, que tem defensores na Casa. Então, teríamos que ampliar o número de propostas.

Também me parece — é a minha avaliação política — que o conjunto de anos e a urgência que existe, para a democracia do nosso País, de uma mudança no sistema eleitoral, solicitam-nos, pedem-nos um ritmo que nos permita, em 2014, ter um novo sistema político, quando vamos eleger o novo Presidente, Deputados,



Senadores, Governadores e assim por diante. Eu acho que, se formos pelo caminho de um plebiscito prévio, a tendência é a de estabilizarmos o sistema atual, para ser o sistema eleitoral em mais uma eleição, pelo menos, que seria a eleição de 2014.

Supondo que melhorássemos aqui a precisão dos sistemas que estão em disputa e ocorresse o plebiscito, para onde voltaríamos? Para esta mesma Comissão, Presidente, porque ela terá de redigir o projeto de lei que acolha a decisão que a população eventualmente tomará em plebiscito. E haverá tensões na hora de definir isso. Neste caso, o plebiscito não será definitivo. O Deputado Reguffe vai continuar com liberdade aqui para discutir uma série de detalhes dentro do financiamento público. Aliás, para aqueles que se opõem ao financiamento público, se ele ganhar no plebiscito, pode surgir uma série de mecanismos que vão mitigando a força do financiamento público e vice-versa.

Não estou falando a favor da tese. Todo mundo sabe qual é a minha posição.

Ou seja, então se estabelece outra luta política dentro do Parlamento, com os representantes da população, para chegar à redação do texto que confirme aquilo que a população votou no plebiscito.

E, do meu ponto de vista, por mais que precisemos os tipos de sistema, de escolha e tal, nós vamos, sim, trazer uma decisão definitiva da população para algo cuja redação não é precisa. Ou seja, nós vamos ter uma decisão de grande impacto, porque a população foi chamada, e o Parlamento pode cair também num embate e não conseguir colocar numa lei efetiva aquilo que foi votado pela população.

Politicamente, também entendo que é muito melhor que nós, Parlamento, com mais essa mudança que estou propondo... Ou seja, ninguém vai correr o risco de ser interpretado como tendo votado um sistema político que surpreendeu a população, que não teve o apoio da população. Porque, se construirmos aqui uma maioria virada de costas para a opinião pública brasileira, seremos derrotados no referendo.

Mas, na minha opinião, o Parlamento, que tem a legitimidade de representar a população, pode e, mais do que pode, deve fazer o esforço de votar um projeto de lei que altere o sistema político, não só no financiamento e no sistema de votação. Eu proponho que o terceiro bloco do projeto continue sendo o das outras mudanças que não seriam incluídas no referendo, a exemplo da alteração na suplência do



Senado; da coincidência de eleições ou não; da forma de democratizar a vida interna dos partidos; da possibilidade de Federação ou não; do fim das coligações proporcionais e de tantos outros temas que já passaram aqui no debate da Comissão — parte deles está no meu relatório e parte deles pode ser incluída. Cito também os sistemas que ampliem a participação popular, simplificando a apresentação. Todos esses fariam parte de um terceiro bloco, que não dependeria do referendo para entrar em vigor. Então, o referendo trabalharia, dentro dessa visão, para cancelar ou não a questão do financiamento e a questão do sistema de votação.

Eu concludo, no momento em que o Deputado Miro faz um pedido ao Presidente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É muito simples. Nós estamos num confronto político lá no plenário, sobre a questão do Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais. E a sessão está rolando. Ainda não está sendo votado, mas muitas táticas estão sendo usadas agora. E eu, por exemplo, estou retido aqui porque estou interessado nesta discussão. Mas estou interessado na outra também.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E eu também. Estou nas duas.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então, nós temos de ir para lá.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu também estou nas duas.

Eu concludo, Presidente, fazendo um apelo à nossa Comissão. Entendo que o esforço que nós fizemos, ao longo do último ano, que é herdeiro de muitos outros esforços feitos em outras legislaturas, merece ser concluído com uma votação, em que cada um de nós poderá ter maioria ou minoria em determinado assunto.

E o meu compromisso, como Relator, é o de que tudo aquilo que obtiver maioria na Comissão vai para o relatório, mesmo que contrarie a opinião do Relator. Se a coincidência tiver maioria, vai para o relatório.

E, no plenário, nós teremos os outros embates e também a garantia do referendo, que, aliás, dialoga com a emenda do Deputado Esperidião Amin. A sua emenda se refere somente ao financiamento e defende que o financiamento, para entrar em vigor, tenha que passar por um referendo.



Então, agora nós agregamos mais do que isso: o financiamento e o sistema de votação ficarão a depender de um referendo para entrar em vigor.

Era isso, Presidente.

Agradeço aos colegas pela atenção. Bom retorno para nós.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Só um questionamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, eu gostaria, antes de conceder...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - É bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de iniciar a concessão da palavra, eu queria fazer a seguinte ponderação: o nosso tempo é curto, dado o que temos hoje no plenário. O objetivo era o encaminhamento. Passamos 1 ano em debates. Sei que foram frutíferos.

Parece-me que é o momento de a Presidência encaminhar a pauta da próxima sessão para o início do debate, da discussão, oficialmente, e de sairmos dela para a deliberação.

Evidentemente, as maiorias vão deliberar sobre as matérias que desejarem. Parece-me que, até o presente momento, não há consenso, no mérito, sobre nada. Mas isso é o Parlamento. Tem que deliberar.

Portanto, a proposta é esta: de encaminhamento de pauta para a próxima sessão; de abertura oficial, regimental, da discussão; para, em sequência, deliberarmos.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, vou fazer só um questionamento.

Quero apenas saber se nós vamos deliberar também sobre assuntos que sejam objetos de PECs. Nós também vamos...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Na minha proposta, sim,...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Porque eu volto à discussão...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - ... e aqueles assuntos que tiverem maioria comporão uma PEC oriunda da Comissão Especial que vai seguir a sua tramitação normal, como tem que seguir qualquer PEC.



O SR. DEPUTADO REGUFFE - Por exemplo, a questão do voto facultativo, também vai...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado, nós vamos deliberar a partir da proposta do Relator. Esse é o encaminhamento regimental. A discussão é em cima do parecer, do relatório, do trabalho do Relator. Discutido, vamos para a deliberação que decorrer exatamente dessa discussão.

Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Obrigado, Presidente.

Eu não ia falar desse decreto legislativo porque eu apresentei em plenário, com a assinatura de muitos companheiros. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 371. Como se trata de um projeto, como diz o nome, está aqui para ser alterado, está na Casa para ser alterado, ele não encerra a verdade. É um começo de conversa para nós alterarmos, de acordo com o que considerarmos útil à vida do País. É muito simples.

Sobre o que nós chegarmos à conclusão de que deva ir a plebiscito, se é o proporcional atual, se é o misto, o distrital, se isso vai ficar diminuído ou aumentado é uma discussão da Casa. E a Casa também está acostumada a trabalhar com anexos.

Para responder à sua pergunta: como é esse proporcional, esse distrital misto? É um anexo, dando os balizamentos. Dando os balizamentos, é muito simples. Não há grande complexidade em fazer isso, a não ser quando se quer criar complexidades.

Acho que nós tivemos um avanço que foi acabar com aquela história de fazer uma votação duas eleições depois da implantação do novo sistema para ver se o povo concorda. Isso me parece não poder ser chamado de referendo, porque o referendo envolve o poder de veto do povo a um projeto, como define o Prof. Canotilho na sua grande obra de Direito Constitucional e, aqui, o José Afonso da Silva. O referendo é isso, é dar ao povo o direito de vetar um projeto. Ele não virará lei. Agora, põe-se em vigor para medir a vontade do povo 2 anos depois, virou lei. O nome disso não é referendo, ponto.



Celebro a trazida para 2013. Por que eu propus 2012? Custos. Ao conversar com o Presidente do PMDB, Michel Temer, ele me disse 2014, porque poderia nacionalizar a eleição municipal. Outros me disseram: *“Mas 2014 pode trazer um problema porque o candidato à Presidência pode ser chamado a opinar sobre um sistema eleitoral de Deputados e criará problemas que não são os problemas da campanha de Presidente”*.

Está bem, por isso é um projeto, é para nós discutirmos. Trazer para 2013, para mim está fechado. Acho ótimo, ótimo termos chegado a um ano que, se for consenso, será um bom ano. Para quê? Para referendo ou plebiscito.

Se o Relator tivesse um projeto que pudesse ser aprovado na Câmara e no Senado, estaria resolvida a vida. O que eu acho é que não tem, mas o que eu acho tem pouca importância. Podemos organizar. Esse projeto de decreto legislativo está tramitando, pode receber emendas, pode ser todo alterado, pode ter um substitutivo. Isso é para entrar um instrumento na conversa.

Mas vamos levar ao plenário o projeto que o Relator aprovar, e aí será referendo. E, se o projeto que o Relator aprovar reunir um consenso, for aprovado em plenário, esse aqui eu pedirei que fique prejudicado. Agora, se não for aprovado um projeto para que se tenha o referendo, vamos votar no dia seguinte o plebiscito. Não há embaraço.

Nós não podemos ser restritivos. Nós temos que dar a todos os Deputados a oportunidade de se manifestar, de emendar e da maioria sair, conforme pensa a Câmara dos Deputados, porque a vida é assim mesmo, é difícil. A democracia é difícil, como já disseram. Sir. Winston Churchill já disse: *“é o pior regime que eu conheço, à exceção dos outros.”* Mas é isso mesmo.

Então, temos que partir objetivamente para isso. Acho que o ano 2013 é um ano bem-vindo. Não há problema de se ter uma despesa com a organização de um plebiscito ou de um referendo, é o custo baixo da democracia. Elimina essas perplexidades. Isso vai municipalizar uma eleição, vai nacionalizar.

Agora, se fechar um projeto, vamos ao referendo. Mas se não fechar, ficamos de braços cruzados como temos ficado até agora? Aí vamos ao plebiscito. Que plebiscito? O que se desenhar do entendimento dos Deputados, fazendo anexo para cada sistema que daqui constar. É só olhar as leis tributárias que fazemos com os



seus anexos, ou as leis de organização de pessoal. Não há dificuldade, como técnica legislativa, criar esses balizamentos. Bom, mas eu não coloquei aqui voto em lista? Olha, acho até que V.Exa. pode fazer uma emenda incluindo voto em lista. Isso é um projeto de decreto legislativo.

Disse-me alguém que era contra o financiamento público, queria tirar daqui o financiamento público. Eu disse: olha, não tenho embaraço de tirar onde colocaram o financiamento público aqui, não.

Em relação ao sistema eleitoral, eu entendo e sustento que não temos poder para mexer. É o poder originário que impõe o sistema eleitoral de um País. É a Assembleia Nacional Constituinte ou um plebiscito, o povo se manifestando diretamente. Agora, financiamento, não. Financiamento nós temos legitimação para iniciar a legitimidade para definir, tanto que até hoje o financiamento de campanha é definido pelo poder derivado. Somos nós. Deixo uma proposta ao Relator. A Lei nº 9.504 manda que até o mês de junho do ano das eleições o Congresso Nacional faça uma lei fixando o teto da despesa. Vamos fazer isso, vamos, pela primeira vez? Eu tenho o projeto, mas outros não de ter.

Temos aqui o hábito de construir leis que são restritivas à propaganda. A última foi a 12.034. Conheço quem arguiu a inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal, que escolhe a conveniência do que vai julgar. E, às vezes, fica dando opinião sobre o Legislativo.

Mas será que não podemos fazer aqui rapidamente, em duas discussões, em duas sessões? Nós passaríamos um pente nessas leis, tanto na 12.034 como na 9.504, como na oito mil não sei o que, que se imbricam aí. Passaríamos um pente e faríamos uma faxina para que se impedisse o poder econômico. Mas que não se torne a eleição um ato clandestino, porque a eleição qualquer dia será um ato de clandestinidade. Vai ter que ficar oculto, vai ter que ficar escondido o candidato, enquanto o poder econômico usa um saco de dinheiro no caixa dois, e os que têm ação popular, têm luta, não podem sequer avisar ao povo que são candidatos pelas restrições que são impostas. Penso eu hoje, olhando para trás, que isso foi maliciosamente urdido, exatamente para desatender as representações populares.

Em resumo, acho que nós avançamos.



Sr. Presidente, como se dizia no jogo de bola de gude, lá na Praça Mauá: “É bola ou búrca”? Acho que chegamos a isso, eu topo o seu referendo. Aprove um projeto. Agora, se V.Exa. não aprovar um projeto, vamos fazer um plebiscito, vamos votar o plebiscito no dia seguinte, no plenário. É um desafio.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em seguida. E como isso é um projeto, não é o plebiscito como está posto aqui, é como V.Exas. fizerem. Agora, vamos tentar fazer andar. Acho que o desafio é o que sempre nos moveu. Olho aqui para o rosto de todos vocês, tantas lutas, todos acostumados ao enfrentamento de desafios. Vamos colocar esse desafio, é referendo ou plebiscito. O referendo depende de um projeto que reúna a maioria, e o plebiscito pode ser construído por todos. Vota-se um dia um e, derrotado, no outro dia vota-se o outro.

Encerro aqui, Sr. Presidente. Peço ao Relator que quando der exemplo de países que tenham esse sistema eleitoral, coloque algum que não seja monarquia parlamentarista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu pedi um aparte do Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Concedo o aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado. Na minha opinião, está muito bom o caminho que estamos abrindo. Comecei reconhecendo que a correlação anterior nos impedia, dificultava ainda mais compor a maioria. Então, digo: vamos colocar o fator de segurança do referendo, para que possamos ir com mais tranquilidade. Alteramos o sistema eleitoral. O aparte eu pedi, Deputado Miro, só para talvez sugerir uma reforma de reflexão para todos nós. Não é a questão de aprovar o meu projeto ou ir para o plebiscito. Ou conseguimos aprovar o nosso projeto, da comissão organizada para debater um novo sistema político para o País, ou não podemos ir para o referendo. E mesmo que isso ocorra, diria eu com a mesma lógica, com a mesma régua e com a mesma medida, que o projeto do plebiscito, se formos a ele, também será um desafio de todos nós, na Comissão,



encontrar uma maioria para que eventualmente pudesse ser aprovado através do texto. Então, o meu...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, como eu concedi um aparte, vamos ficar dando volta no mesmo círculo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só concluo, Deputado Miro.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Estamos voltando ao começo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O meu pedido é para que todos nós nos dediquemos a compor um sistema de votação que possa aferir a maioria em cada um dos assuntos que vai ser votado através dos destaques.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Henrique Fontana, a minha percepção depois de um ano de trabalho é que vivemos um impasse. Não há hegemonia, não há maioria possível. Eu tenho lá minhas posições, defendi aqui, mas temos todos que ter humildade para entender que nenhuma proposta galvanizou a maioria. E eu acho que isso não vai se alterar. E acho, ao mesmo tempo, que não podemos ser irresponsáveis e ter um final melancólico, onde todos acham que tem que mudar, mas vai tudo continuar como está.

Então, primeiro, depois de muita reflexão nesse recesso, visualizo que o único caminho é o plebiscito. Não vejo outro, já antecipando um prognóstico, porque não será possível construir um consenso depois de sucessivos testes e tentativas de convergência, um esforço brutal do Presidente e do Relator.

Então, encaro que o plebiscito é o único caminho para salvar a reforma política. Segundo, concordo que deve ser solteiro. É tão complexa a discussão, é tão sofisticada que, misturar, seja com eleição municipal ou com eleição nacional, não vai dar certo. Então, vale a pena pagar o custo. É uma coisa definitiva quase para o País, para o futuro da democracia, então, vale a pena. Então, 2013, a nossa tarefa seria em dois planos. Primeiro, votar as matérias que não mexem na essência. Há várias propostas de aperfeiçoamento, propaganda eleitoral, coincidência de mandato que não intervêm na estrutura fundamental do processo de decisão política.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Criar uma subcomissão para trazer à Comissão esse tal pente fino a que me referi da 12.034 e da 9.504.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso. Então, é o seguinte. Um plano seria aprovar essas medidas que não ferem essas convicções, que não formaram a maioria. Então, há vários aspectos. Fim de coligação proporcional dá para decidir no plano congressual ou está vinculado à discussão maior? E todas essas outras questões importantes, mas periféricas.

E outra tarefa da Comissão seria preparar o plebiscito. O que é isso? Preparar os anexos, o texto, porque senão cada um do plebiscito fará uma leitura de determinada proposta e o eleitor tem que saber em que está votando. Então, tem que ter uma proposta.

Financiamento público, financiamento misto, financiamento privado têm que ter um texto que seja a baliza, porque senão vamos induzir o eleitor a erro, assim como os sistemas.

Então, vamos ter que configurar um texto de sistema distrital misto, um texto de distritão, um texto de voto em lista, e submeter isso à apreciação. Eu não vejo outro caminho. Acho que os partidos não se envolveram, as direções partidárias.

Disse na última reunião do ano, mais do mesmo não vai nos levar ao sucesso, não vai. Temos que inovar, temos que entrar 2012 com uma inovação qualquer, uma novidade no processo.

Então, eu me rendo. É uma leitura da realidade. Eu reconheci que o PSDB no distrital ficou absolutamente isolado. Paciência, paciência. Então, vamos disputar na opinião da sociedade.

A minha proposta é apontar para o plebiscito, em 2013, com a Comissão votando o que não vai para o plebiscito e, ao mesmo tempo, preparando o plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o nobre Deputado William Dib.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - Sr. Presidente, caro Relator, não sabia que o Marcus Pestana já ia colocar essa questão. Eu acho que não conseguiremos



um consenso sobre o processo eleitoral e sobre financiamento público de campanha nem nesta Comissão e muito menos no plenário.

Então, também acho que a questão é plebiscitária. Quanto à questão plebiscitária, acho que a gente não pode colocar uma questão que ninguém aqui dentro possa acreditar. Seria ruim, por exemplo, perguntar sobre sistema de financiamento misto. Se alguém acha que isso é possível existir, coexistir, então faça-se a pergunta. Como eu não acredito que possamos, alguém aqui, defender essa ideia — eu não conheço ninguém que defendeu a ideia do misto —, acho que o Congresso não pode aprovar um plebiscito que pergunte isso.

E fico feliz de entender do Miro Teixeira essa questão de que vamos fazer, nos anexos, a explicação correta e coerente sobre todos os sistemas eleitorais, porque misto pode ser qualquer coisa, a palavra misto. Então, temos que explicar que misto é lista com proporcional. Não sei como é misto.

Acho que já caminhamos bastante. Chegamos a um momento em que temos condições de aperfeiçoar o que está aí, que levou um esforço tremendo de todos. Para consenso, acho que não. Não sei como aperfeiçoar esse projeto. Então, acho que não tem. Como não tem, acredito, como o Marcus Pestana colocou, que deveríamos discutir a forma do plebiscito, o jeito de fazer as questões, os anexos, e pensar nisso. E, no periférico, fazer as mudanças. Acho que estamos credenciados com muita tranquilidade a fazer o que é consenso, fazer as mudanças, e valendo, após o plebiscito, o resto das questões plebiscitárias.

Em segundo lugar, não dá para pensar em segundo turno. Não sei o que as pessoas podem pensar de plebiscito ou de referendo, mas não posso acreditar que vamos fazer um plebiscito e depois o segundo turno, porque são várias questões. Aí pegamos as duas mais votadas e vemos qual é de consenso. Acho que aí é responsabilidade do Congresso, de entender que não houve maioria e aí ver dentro do que a população achou.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É porque falo bem pelas costas, ao contrário do que manda o Ariano Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o nobre Deputado Alfredo Sirkis.



O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Bem, quando eu li pela primeira vez a proposta do Miro Teixeira deu-me um certo mau humor. Achei que ele estava jogando para a plateia. No entanto, depois de ouvi-lo, ouvir as ponderações do Marcus Pestana e ouvir o nosso Relator, refleti a respeito de tudo o que aconteceu nesta Comissão. E refleti também em relação ao meu drama pessoal, o de um fundador de partido que, neste momento, está sendo escorraçado pelo próprio partido que fundou e não pode mudar de partido sob o risco de perder o mandato, depois de ter passado o ano inteiro defendendo talvez o sistema eleitoral que, do ponto de vista pessoal, é mais difícil para viabilizar a minha própria eleição. Curiosamente, minha própria reeleição, caso eu tenha essa aspiração, seria melhor garantida pelo sistema que eu mais critiquei, o distritão.

Feito esse desabafo, penso que, de fato, o caminho do plebiscito é um caminho interessante, dentro da ponderação que foi feita pelo Deputado Marcus Pestana. Nós teríamos primeiro que ser muito honestos e permitir que aqueles grupos que de fato se identificam com determinado sistema eleitoral pudessem, como se Subcomissões fossem, compor uma proposta em relação a esse sistema eleitoral. Por exemplo, sou defensor do voto distrital misto plurinominal. Eu gostaria de, junto com determinado grupo de companheiros que comungam da mesma visão, poder compor essa proposta, fazer um anexo dessa proposta específica.

A outra questão que quero observar é que existem incoerências de sistema de financiamento em relação a certos sistemas eleitorais. Temos que ser muito claros e muito responsáveis em relação a isso. Acho, por exemplo, que há uma incompatibilidade entre o financiamento público e o atual sistema eleitoral do voto proporcional individualizado. Há uma incoerência. Acho que o sistema de financiamento público, com o qual concordo e defendo, é compatível com o voto proporcional por lista fechada e também com um sistema distrital misto que seja viável. Quando digo viável, a que estou me referindo?

Um sistema como o alemão, uninominal, por exemplo, não é viável dentro de uma eleição que determinaria um formato diferente de circunscrição para Deputado Federal e Deputado Estadual, por razões óbvias. Temos que atentar a isso. Penso que podemos fazer isso. Penso que podemos chegar a quatro, cinco ou seis propostas coerentes de sistema eleitoral para colocar para a população.



Sempre fui daqueles que acreditou à primeira vista que esse era um tema demasiado complexo para ser jogado para o eleitorado dessa forma. Mas se o Parlamento brasileiro há três, quatro, cinco legislaturas não consegue atravessar esse Rubicão, acho que só nos resta, de fato, colocar essa questão à disposição de um comando constitucional, como diz o Deputado Miro Teixeira, no eleitorado brasileiro, porque ele pode, por exemplo, claramente, inequivocamente, dar um comando que altera esse sistema eleitoral consagrado pela Constituição brasileira. O sistema proporcional passaria a ser, eventualmente, sistema distrital misto, sistema distrital ou sistema proporcional de fato partidário, de lista fechada.

Então, ao longo de todo esse processo e de toda essa vivência, ao fim e ao cabo, eu acabo me rendendo à posição de que devemos, de fato, efetuar um plebiscito no ano de 2013. Esse plebiscito deve ser em torno das propostas que forem coerentemente articuladas pelos grupos que defendem essas propostas. É uma questão de honestidade. Não vou querer, por exemplo, interferir na proposta de voto distrital se sou contrário ao voto distrital. De fato, sou contrário ao voto distrital anglo-saxão. Não vou querer apitar porque estaria sabotando a vontade dos sinceros defensores desse regime eleitoral.

Mas acho, Deputado Dib, que, de fato, seria necessário o segundo turno porque vão ser três, quatro ou cinco propostas e tem que haver uma maioria clara. Acho que as duas mais votadas têm que ser submetidas depois a uma decisão final por parte dos eleitores. Não vejo incoerência nisso, senão poderemos acabar voltando à estaca zero, realmente um resultado que não seja claro para uma tomada de decisão.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, penso que estamos avançando, e a cada reunião nós trazemos novidade. O Relator hoje trouxe evolução na proposta que debatemos no final do ano passado. Mas quero reafirmar um entendimento, concordando com todos os que já expressaram as dificuldades que temos para encontrar pelo menos uma maioria em torno dessa questão da reforma política.



Penso que se não tratarmos de dois elementos centrais, que são o financiamento das campanhas eleitorais e o sistema eleitoral, estaremos produzindo mais do mesmo. Em outras oportunidades, já fizemos ajustes. Todos eram positivos ou correspondiam aos entendimentos, aos consensos, às maiorias que se formaram naquelas circunstâncias. Está claro para todos nós que não é mais possível nos limitarmos a isso, é remendar tecido podre. O desafio é mexer na estrutura. Financiamento e sistema fazem parte dessa estrutura.

Portanto, penso que deveríamos nos debruçar sobre isso porque, ao tratar dessas questões, nós podemos ter outros desdobramentos, outros mecanismos que se adequem a essas modificações estruturais. Senão vamos fazer pequenos ajustes aqui e acolá que não vão produzir resultados e vamos apresentar um ambiente de frustração à sociedade brasileira.

Portanto, sou contra qualquer encaminhamento de fatiamento. Acho que deveríamos nos debruçar sobre essas questões, esses dois elementos mais estruturais desse debate.

Eu me inclino muito com a opinião do Relator. Se pudéssemos elaborar uma proposta e submetê-la a um referendo, estaríamos avançando. Se não é fácil encontrar consenso aqui, não é um tema de fácil compreensão para debater com a sociedade. Teremos que fazer muito esforço para que a sociedade compreenda cada uma das propostas sobre financiamento, sobre sistema eleitoral. Há uma variedade enorme.

Fico preocupado quanto ao tempo para fazer um debate suficientemente esclarecedor à opinião pública para deliberar através de um plebiscito. Não será fácil. Podemos não chegar a lugar nenhum. Se é difícil entre nós, imaginem esse debate na sociedade. Não é que não podemos valorizar, acreditar e perceber a evolução que a sociedade brasileira alcançou, mas temo pelo resultado que isso possa produzir. Por isso, fazer uma proposição para ser submetida a um referendo parece-me que seria o melhor caminho, como o Relator apontou. Diante das dificuldades, posso admitir a hipótese do plebiscito, mas confesso que não tenho muito otimismo sobre como organizar isso. Em que tempo nós faríamos essa organização de quatro, cinco, seis proposições. Teríamos dificuldades de propor e deveríamos pensar em como fazer essa deliberação. Teríamos que fazer um turno,



dois turnos, etapas. Não sou otimista em relação a esse caminho, que, aparentemente, é mais democrático, é mais aberto, mas que pode produzir ou não resultados nenhum nesse encaminhamento.

Então, são reflexões que eu gostaria de deixar aqui nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado, Sr. Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos há cerca de 1 ano debatendo e discutindo a reforma política e fizemos audiências públicas em todo o Brasil, recebemos aqui representantes da sociedade, enfim, debatemos exaustivamente o assunto e sabíamos desde o início que não era um assunto tão fácil de ser tratado e que teríamos aqui maioria, nobre Deputado Edinho, que, inclusive, esteve comigo em Curitiba.

No início dos trabalhos, até encomendei uma pesquisa no Paraná para saber a opinião da população a respeito desses temas, para que eu pudesse, dentro do meu Estado, Relator, saber a opinião dos paranaenses, dos curitibanos acerca dos temas que eu estaria votando.

Os brasileiros nos elegeram para que legissemos em seu nome. Nós temos que colocar o projeto em votação. Essa é a nossa responsabilidade. Temos de votar.

Estamos há 1 ano discutindo e não conseguimos ainda ter um consenso? Um plebiscito em 2013? A população terá 1 ano para responder a uma série de questões — circunscrição, misto, etc. Quando não se vota também se faz a escolha de que o atual é o que deve permanecer. Se a Câmara dos Deputados resolve não votar um novo projeto ou não quer um novo projeto, está escolhendo que quer o atual. Eu não quero e não vou votar pelo atual. Essa vai ser a minha decisão e o meu voto vai estar lá, e os meus eleitores saberão qual foi a minha escolha. Na atual situação colocaríamos para a população decidir no ano que vem. Se fôssemos colocar lá: “você escolhe qual modelo? O atual ou todos os outros?”, talvez ganhe o atual, porque eles não vão ter o conhecimento, se nós não temos aqui!

E, para falar a verdade, se tivesse que colocar ainda mais uma decisão para a população, talvez ela escolhesse até fechar o Parlamento. E aí como ficaria a nossa reforma aqui?



Então, penso que temos de ir para a votação. Vamos deixar claro para a sociedade que a maioria da Câmara não quer a reforma. Eu quero, e quero votar, e tenho propostas, tenho emendas, vou defendê-las, tenho posicionamento contrário inclusive a financiamento público e vou defender. A maioria vai vencer, como inclusive no FUNPRESP. Estamos votando lá agora. Isso se chama legislar e fui eleito para isso.

Respeito muito o posicionamento de todos, tenho um apreço muito grande por essa Comissão, pelas pessoas que fazem parte dela, mas quero deixar aqui em meu nome, em nome do partido que represento, o PPS, que nós não podemos depois de 1 ano de trabalho simplesmente agora não concluir esse trabalho e votá-lo. Independente de plebiscito, temos de concluir o trabalho dessa Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reiterar aqui a preocupação de que tratou há pouco o Deputado Sandro Alex. Eu não consigo enxergar, Sr. Presidente, como vamos conseguir num plebiscito levar para a população uma enormidade de alternativas para ela escolher.

Eu não tenho dúvida de que, se assim for feito, a verdade eleitoral é que vai prevalecer. Vota-se e se elegem os mais votados. E, na verdade, nós, que convivemos no Parlamento e sabemos um pouco da vida política de todo mundo, temos a convicção de que esse não é o melhor caminho e tenho também a certeza de que a população, que não vai se deter sobre a discussão, que não vai aprofundá-la, vai achar que é mais justo que se elejam os mais votados.

Então, honestamente não consigo enxergar um plebiscito como a solução para um problema de tanta diversidade, de tantas nuances como se tem numa reforma eleitoral.

O sistema eleitoral é um ponto importantíssimo nesse processo, mas há também outros tantos que são importantes de se avançar.

Apesar de o Deputado Pauderney Avelino ter assinado o encaminhamento do Deputado Miro Teixeira, não consigo enxergar o plebiscito como uma solução depois de tanto trabalho e de tanta discussão. Inclusive, tentamos levar essa discussão à população e em hora nenhuma conseguimos que ela quisesse discutir o sistema



político. Lamentavelmente, o que vemos hoje é um descrédito completo do Poder Legislativo, do nosso trabalho. Infelizmente, de uma forma equivocada, é absorvido pela população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o nosso Relator, Deputado Henrique Fontana, pelo esforço no meio dessa pluralidade de pensamento, de concepções, de visões políticas, de disputa de hegemonia dos partidos políticos e numa conjuntura, a meu ver, da nossa chegada aqui, no mínimo eu, que sou cristão novo na Casa, de uma perspectiva muito grande da sociedade de querer uma reforma política.

Ao que me parece, há um nível de insatisfação muito grande com a política no Brasil hoje. Foi feita até uma citação da Presidente da República no dia da sua posse em relação à necessidade de uma reforma política, foi bem enfatizada por ela aqui.

A questão que está posta aqui, a meu ver, é o que se pode pactuar do ponto de vista do que essencialmente é necessário mudar nessa reforma e o nível de concepções que o partido tem.

No que diz respeito aos pontos abordados e às divergências colocadas do ponto de vista do debate nem entramos ainda mais detalhadamente nas organizações partidárias, como se dá a relação dos diretórios municipais com o estadual, com o nacional, intervenções, comissões provisórias, participação dos filiados, pagamento de mensalidade de filiados. Então, é um leque muito profundo.

Acho que nós temos uma responsabilidade, a Comissão e a Câmara como um todo, porque somos escolhidos pelos partidos com uma missão. Esse esforço que V.Exa. vem fazendo não é pouco. Inclusive conheço as tarefas que o partido tem e as flexões que o Relator já fez no sentido de construir esse consenso.

Em instância final, o ideal numa Casa como essa e num tema como esse é que se trabalhe a construção de uma unidade que possa ser votada, mas também não pode ser votada só por votar. Tem de ter um conteúdo acima de tudo para apresentar para a sociedade, porque, se votarmos um projeto que não responda em nada aos anseios da sociedade, vai ser um desgaste ainda maior.



Caso — Deus queria que não — isso chegar a acontecer, aí acho que vai ter de haver disputa política mesmo no voto mais para uma demarcação de campo político, ideológico, de concepção de partido, de estratégia do que essencialmente atingir o objetivo a que nos propomos na condição de representantes de nossos partidos: garantir mudança significativa na legislação em consonância com o que pede a sociedade. Essa é uma tarefa difícil que exigirá acima de tudo bom senso e flexibilidade em relação aos temas aqui tratados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Relator.
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

Em seguida ouviremos o Deputado Marcelo Castro, o Deputado Reguffe e as Deputadas que estão se inscrevendo agora.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, considero que o Parlamento deva ser o coração do processo democrático. Nas democracias representativas, como está organizado o Estado brasileiro, somos escolhidos pela população para, no Congresso Nacional, representá-la na elaboração das leis, nos debates dos grandes problemas que a aflige. A possível adoção de um plebiscito e a não votação do parecer do Relator Henrique Fontana poderia caracterizar uma rendição do Parlamento diante desse tema reclamado pela população: a necessidade de uma reforma política ampla, democrática e participativa, que tem sido solicitada, reclamada, requerida pelos movimentos sociais que representam nosso povo.

Ainda que reconhecendo o esforço dos companheiros Parlamentares na busca de uma saída para esse impasse, que já se alonga por várias legislaturas, se não me engano 3 ou 4 legislaturas, compreendo que o papel desta Comissão é votar o parecer, ainda que ele seja derrotado. Cabe a nós, Parlamentares escolhidos por nossos partidos para compor esta Comissão Especial, que já debate o tema por mais de 1 ano ou próximo a esse tempo, que, ao final de todos os esforços feitos pelos partidos, pelos Parlamentares, especialmente pelo companheiro Relator, a quem parabeno pelo esforço na mediação, no diálogo, na busca do entendimento com os demais Parlamentares, não abdicar da nossa responsabilidade para o que fomos escolhidos e eleitos pelo povo no sentido de apreciar e votar o parecer. A



adoção de outra medida, ainda que legítima, talvez a mais adequada, porque abrangeria a opinião da população, seria o plebiscito, previsto inclusive na Constituição brasileira como mecanismo de consulta popular. Mas acho que devemos apreciar e votar a matéria.

De fato, quero concordar com o Relator Henrique Fontana. Se necessário for, posterior à aprovação do projeto, da forma como ele for aprovado, deve ser realizado um plebiscito para que a população brasileira aprove ou não o que o Parlamento, escolhido pelo povo, decidiu a respeito da tão pretendida reforma política.

Portanto, respeitosamente, quero discordar dessa alternativa que pode caracterizar uma rendição do Congresso Nacional, uma incapacidade mesmo do Parlamento de apreciar e votar matéria dessa natureza.

Por outro lado, pode também parecer, como bem destacou o Deputado do PPS, que subliminarmente talvez haja o desejo de alguns de deixar como está, de não pretender a mudança reclamada pelos segmentos organizados da sociedade.

Na minha opinião, devemos apreciar e votar o relatório apresentado pelo Deputado Henrique Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, a reforma política é um tema que vem de longe, de muito longe. Ainda Deputado Estadual no Piauí eu já acompanhava as propostas de reforma política da Câmara Federal. Lembro-me de que, naquela época, o Senador Marco Maciel fazia uma pregação danada sobre a necessidade de reforma política, a que ele chamava de a mãe de todas as reformas.

E em relação a essa mãe de todas as reformas, Sr. Presidente, até hoje não conseguimos dar um passo, mínimo que fosse. Estou aqui há 4 mandatos e todo início de Legislatura é a mesma história: nós nos entusiasmos, criamos esperança, aí vem aquele desânimo, aquela descrença que contamina todo mundo. Uma vez ainda chegamos a levar a matéria ao plenário, porém não deu certo. Mas não podemos desistir. Temos responsabilidades com a sociedade brasileira.



Esse anômalo sistema brasileiro, que praticamente não existe em nenhum lugar do mundo, não pode ter mais sobrevivência em nosso País, porque representa um prejuízo imenso para a sociedade, para a nossa organização política. Temos no Brasil 30 partidos políticos! Onde existe isso no mundo, pelo amor de Deus!? Há necessidade de 30 partidos, 30 ideologias, 30 doutrinas, 30 filosofias de organização da sociedade para ela ser representada?

E o que é mais grave: a influência excessiva, desmedida, desproporcional do poder econômico nas eleições. O que eu ouço, tenho certeza que V.Exas. também ouvem todos os dias. Encontramos muitas pessoas que querem ser candidatas. Mas aí vem alguém e diz: *“Ah! Mas ele não vai ser eleito.”* – *“Não vai eleita por quê?”* – *“Porque não tem dinheiro.”* Quer dizer que o primeiro requisito para uma pessoa se eleger é ter dinheiro? Estamos deformando os valores da sociedade.

Vivemos num mundo capitalista. Não tenho a menor dúvida de que o capitalismo vai influenciar todas as atividades humanas, inclusive na política. Mas não pode ser o fator preponderante, quase exclusivo de uma disputa eleitoral.

Quantas pessoas conhecemos bem formadas, que têm espírito público, talento e que gostariam de ser representantes da sociedade e não entram na política porque a política se tornou uma atividade desprezível?

Todos já passamos por isso. Aqui não há os do mensalão? Outro dia, eu saí de uma Comissão e fui à formatura de um filho meu aqui, em Brasília. Chegando à universidade, desci rápido do carro, olhei para o *button* de Deputado e pensei: tiro ou não tiro? Pelo sim, pelo não, tirei. Foi a minha sorte. Dos quatro discursos que houve nessa noite de formatura, foi cacete nos políticos de início ao fim.

Então, pelo amor de Deus, nós não somos marginais da sociedade. Temos de ter um sistema eleitoral que permita às pessoas que queiram praticar uma política ética terem condições de praticá-la e que não obrigue todo mundo a ficar numa vala comum.

Portanto, quero pedir aos nossos colegas que, pelo amor de Deus, não perdermos esta oportunidade. Vamos votar a reforma política. Acho que nunca votaremos uma reforma radical aqui. Por quê? Porque quem vai votar é alguém fruto do sistema. Ou fazemos isso numa Constituinte, ou só há outra maneira: evoluirmos paulatinamente, para fazer reformas de maneira gradativa, a fim de avançar sempre;



para não nos cansarmos nunca de avançar, porque temos que avançar em alguma coisa.

O principal aspecto em que temos de avançar é no que diz respeito ao financiamento público de campanha. Esse tem que ser um aspecto em relação ao qual temos de lutar com todas as forças. Que não seja para todos os cargos, que não seja para os entes federativos, mas, seja como for, temos que avançar no tocante a esse sistema.

Vamos igualar a oportunidade de todos os candidatos? Não vamos nunca, mas vamos diminuir a diferença gritante que existe, ou seja, uma pessoa sem nenhum talento ser eleita porque tem dinheiro e uma pessoa talentosa não ser porque não tem dinheiro. Pelo amor de Deus, que País é este? Cabe a nós a responsabilidade de mudar isso. Então, vamos fazer um esforço para ter um rumo no caminho à situação queremos chegar um dia.

Está em questão o problema do plebiscito ou do referendo. Sou um democrata convicto. Como acredito no povo, digo sempre: se tive um relativo sucesso na política, isso vem da crença que tenho na vontade popular. O político que atua bem, que trabalha, que corresponde às expectativas do povo, o povo o reconhece e o reelege. Então, longe de mim a idéia de ser contra o plebiscito ou o referendo.

Todavia, o tema da reforma política — e não estou chamando a população brasileira de despreparada — é tão complexo, tão intrincado, tão cheio de correlações que mesmo uma Comissão que estuda o assunto todo dia sente dificuldade de expressar para as pessoas como o sistema funciona realmente.

O Deputado Miro Teixeira saiu, e eu queria direcionar a minha fala em sentido oposto à dele. Se vivemos num País que nunca experimentou um financiamento público de campanha, que nunca experimentou uma lista fechada, que nunca experimentou um sistema misto, como vamos botar o eleitor para decidir isso sem que ele tenha tido uma vivência, uma experiência? Sou capaz de afirmar, com certa segurança, que a população brasileira vai ser contra o financiamento público de campanha, quer seja no plebiscito, quer seja no referendo.

Quando a pessoa defende o plebiscito ou o referendo — o Deputado Miro Teixeira merece todo o nosso respeito; é um Deputado capacitado, brilhante,



seríssimo, cidadão com todos os dotes; não é o caso dele, nem vou nominar ninguém —, eu fico pensando que ela não quer reforma nenhuma. Espero não estar julgando mal a ninguém, mas, deixando de lado que seja ou que não seja, a verdade é que não devemos ir por esse caminho, que não vamos colher bons frutos disso aí.

Se fizermos uma pesquisa, a sociedade ou vai manter o sistema atual de votação, que é uma anomalia, ou vai votar pelo “distritão” — não tenho a menor dúvida. Lista fechada, a sociedade brasileira, sem tê-la experimentado, não vai ser aprovada. Por quê? Porque uma grande turma, a imprensa, que inclusive presta um grande desserviço à sociedade brasileira nesse aspecto, para fazer demagogia, para agradar à opinião pública, ficará contra o financiamento público de campanha e contra a lista fechada. E a imprensa tem conhecimento, sabe que são coisas boas, que funcionam. Mas, para fazer demagogia, porque sabe que a opinião pública pensa dessa maneira, senta o pau nos políticos, dizendo que estamos querendo fazer uma reforma para tirar o direito do eleitor de votar. E é isso que o eleitor vai dizer: *“Tem que ficar desse jeito ou vai ser o distritão”*. E, assim, vai ser contra o financiamento público de campanha.

Então, para não dizer que sou contra referendo e plebiscito, vamos aprovar um sistema novo e fazer com que a sociedade tenha uma experiência, em duas ou três eleições. Podemos até estabelecer um prazo para essa lei ser submetida a um referendo. Aí, a população, já tendo vivido a experiência, decide. Se a população disser *“não queremos esse sistema, queremos o outro”*, paciência. Temos que respeitar a vontade do povo. Democracia é isso. aí.]

Portanto, eu me posiciono contrário, tanto ao plebiscito defendido pelo Deputado Miro, quanto ao referendo de V.Exa., Sr. Relator, antes de termos submetido a sociedade brasileira a uma experiência.

Agora, eu gostaria de fazer uma pergunta: pelo que eu entendi, o que for votado aqui, o Relator incorpora ao seu relatório. Então, vamos votar item por item? *(Pausa.)* Se for, nós já estamos de acordo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Marcelo Castro, vou dar a minha opinião. É evidente que quem conduz a votação é o Presidente, mas, nem minha opinião, nós adotaremos o mesmo sistema do plenário. É evidente que,



primeiro, o relatório tem que ter maioria para ser aprovado. Se o relatório for aprovado, ressalvados os destaques, a seguir começamos a votar os destaques.

Por exemplo, em relação ao sistema de votação. Se o destaque, confrontado com o relatório, obtiver maioria, ele substitui essa parte do texto. Ou seja, é democracia plena e total. E aí eu digo, Sr. Presidente, até aproveitando esse esclarecimento, que, às vezes, fico impressionado quando se diz que é difícil votar, mas o Senado está votando. O Senado Federal aprovou o financiamento público. É lógico que a votação foi renhida. A palavra consenso não existe em reforma política.

Como o projeto foi aprovado na Comissão? Empatou a votação do financiamento, e o Presidente da Comissão, Senador Eunício Oliveira, com o voto de minerva, aprovou o financiamento público.

Então, lógico, eu estou fazendo inflexões porque quero votar, quero permitir que cada Parlamentar exerça a sua opinião e se constitua maioria. Se eu perder uma votação na Comissão, quando a matéria for ao plenário, vou tentar recuperar parte do texto original democraticamente, através de destaque.. Mas esta é a idéia: constará o que foi aprovado, porque vai ser o relatório da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, fui um dos autores da proposta de plebiscito junto com o Deputado Miro Teixeira e com alguns outros Parlamentares. Não tenho nenhum problema em votar uma proposta de reforma política nesta Comissão. Tanto não tenho que inclusive protocolei sete emendas ao relatório do Deputado Henrique Fontana, que inclusive se comprometeu a seguir a regra do plenário, sem haver aqui limite para destaques. Portanto, poderemos apresentar quantos destaques forem necessários para votar ponto por ponto. É sempre, óbvio, um destaque sobre cada assunto.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Se o primeiro for derrotado, os outros do mesmo assunto ficarão prejudicados.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Para cada item haverá uma votação.

Então, não existe nenhum problema em se votar a proposta de reforma política. Inclusive, quero votar um por um os pontos que estou colocando e que acho



importantes para a sociedade em relação ao aperfeiçoamento do nosso sistema eleitoral e ao aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Quanto à proposta do plebiscito, na minha concepção — e eu respeito as opiniões divergentes da minha —, o plebiscito vai melhorar a nossa decisão. Por quê? Porque o povo é o poder soberano, ele tem o direito de decidir o sistema que quer e o que não quer. Inclusive, no meu modo de ver, fazer essa discussão no seio da sociedade vai ser uma verdadeira aula de educação política para toda a população brasileira.

Nenhum Deputado disse isso aqui, até porque que nenhum Deputado pensa isso, mas não podemos imaginar que a população seja burra. A população pode, sim, entender cada sistema e, com o tempo de televisão, decidir o sistema que ela considera melhor para o País. Nem sempre a vontade da maioria da população coincide com a minha vontade. Eu já perdi inclusive eleições como candidato e já perdi eleições em que apoiava outros candidatos. Mas, na minha concepção, a vontade da população é soberana.

Fazermos essa discussão, via plebiscito, vai ser uma aula de educação política; vai politizar a população; vai fazer com que entenda melhor o sistema político; vai fazer com que entenda quanto custa uma eleição; vai fazer com que entenda algumas coisas que talvez nós, políticos, por nossa vivência, só conseguimos entender sofrendo muito. Em minha opinião, posso até estar enganado, o plebiscito vai ser algo positivo.

Com relação ao plebiscito, tenho uma posição ainda mais divergente da de alguns. Acho que o plebiscito deveria ser sobre todos os temas da reforma política. Tínhamos que fazer mais plebiscitos e mais referendos neste País, como está previsto na Constituição Federal, art. 14, inciso I.

Na minha concepção, repito, deveríamos fazer mais plebiscitos e mais referendos. Deveríamos perguntar à população não só sobre o sistema eleitoral e sobre o modelo de financiamento, mas se ela é favorável ou contrária ao voto facultativo; se é favorável ou contrária ao sistema de revogabilidade de mandatos; se é favorável ou contrária a um Deputado se eleger Deputado e depois, sem perguntar ao eleitor, passar a exercer um cargo no Poder Executivo; se é favorável a que haja uma limitação no número de mandatos, ou se a pessoa pode se reeleger



ad aeternum; enfim, fazer o debate de forma franca, de forma transparente, para que a vontade da população seja expressamente manifestada.

No meu entender, o plebiscito vai acrescentar. A população tem de escolher, sim, qual é o sistema eleitoral que ela quer e também outros aspectos que dizem respeito à reforma política. Na minha opinião, isso vai ser um avanço, algo positivo para o País.

Agora, se esta Comissão, que teve um ano de árduo trabalho, quiser votar o projeto, eu não tenho nenhum problema em discuti-lo e votá-lo. Não vejo consenso, mas o Poder Legislativo é para isso, é para deliberar. Cada um vota, com consciência, cada item, e vamos ver qual é a vontade da maioria. Penso que, mesmo assim, deveria haver pelo menos, depois da aprovação do projeto final, um referendo para que a população pudesse julgar se ela quer ou não quer. Acho que isso é mais democrático. Respeito a vontade da maioria porque democracia é isso: nós colocamos nossa opinião e respeitamos a vontade da maioria.

Então, se assim for decidido, a única coisa que eu quero é que se vote também, uma por uma, as minhas emendas.

Agora, considero que o plebiscito seria um avanço, que inclusive estaríamos ajudando a promover uma profunda discussão política de algumas questões que às vezes as pessoas não entendem bem no seio da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Serei breve, Sr. Presidente, até porque me sinto contemplada, parte pela fala do Deputado Marcelo Castro e parte pela do Deputado Sandro Alex.

Diferentemente do que disse o Deputado Alfredo Sirkis, eu aqui represento o Partido Verde. Então, eu gostaria de solicitar ao Relator não a ata nem a transcrição da sua fala, mas a sua proposta explicitada no papel, o que se alinhou hoje em termos do seu relatório, para que eu pudesse levar para minha bancada e com ela discutir.

Acho que temos de produzir um relatório, que temos de ir para votação e que o plebiscito pode até ficar para uma segunda etapa.



Lembro que a última consulta popular que fizemos foi com relação a desarmamento. E, no tocante ao desarmamento, só duas cidades com mais de 100 mil habitantes disseram “sim” ao desarmamento, Diadema e mais uma outra cidade. Eu fui, então, estudar um pouco para saber por que essas cidades disseram “sim” E Diadema disse “sim” ao desarmamento porque tinha experimentado uma política de investimento em segurança pública. Ela deixou o índice de 79 homicídios por 100 mil habitantes para 19. Eu nem sei quem era o Prefeito, não estou falando do ponto de vista partidário. Mas o investimento que havia sido feito em segurança pública naquela cidade proporcionou aos seus moradores a segurança de dizer “sim, nós não queremos mais armas”.

Então, eu penso da mesma forma com relação à reforma política. Temos de mostrar que dá para ser diferente. Eu sou fruto, teoricamente, desse sistema — eu já discuti sobre isso. Eu estou nesta Casa por esse sistema, que, hoje, quero que mude. A minha eleição é uma exceção; com muitas dificuldades, se repetem no meu Estado eleições como a minha.

Então, eu quero a mudança. Temos que levar para a população. Concordo quando o Deputado Marcelo Castro diz que, quando se fala sobre reforma política, há um ranço generalizado. Mas, como também já disse nesta Comissão, quando fui nas universidades e em outros setores da sociedade com os quais eu convivo discutir a questão e expliquei o porquê do financiamento público da campanha, com 15 minutos de debate, a população já começava a entender o processo. E, quando se diz que, hoje, o financiamento já é usado escamoteadamente, essas coisas todas, a população também entende. O que a população não vai entender é que fiquemos um ano inteirinho para dizer que não deu em nada, que não há consenso.

Para finalizar, quero dizer, Deputado Henrique Fontana, que tenho uma admiração enorme e um carinho imenso por V.Exa., mas às vezes acho que V.Exa. flexiona demais. No afã de ser democrático, de buscar consenso, passa da conta. Acho que está na hora de mostrar que foi essa a produção. Vamos acatar ou não o relatório; vamos discutir e vamos pôr em votação. Acho que as pessoas vão querer produzir uma coisa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputada Rosane Ferreira, V.Exa. me concede um aparte?



A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu lhe dou a palavra...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Aguarde alguns minutos e eu farei uma proposta que, provavelmente, V.Exa. vai gostar.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Doravante, eu peço aos Srs. Deputados que sejam breves, porque a Ordem do Dia começou. Só por isso.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero, primeiro, parabenizar o Relator, porque, pelos fios da incerteza, está querendo construir uma proposta que possa expressar todas as opiniões. Portanto, S.Exa. busca construir uma proposta, busca considerar as argumentações e os pleitos que aqui têm sido colocados. A proposta, por exemplo, de um referendo é exatamente para deixar a última palavra com a própria população. É para atender aquilo que foi referido pelo Deputado Reguffe e pelo Deputado Miro Teixeira.

Se queremos que a última palavra esteja com a população, o referendo assegura isso. Agora, o referendo assegura sem dar um atestado de impossibilidade e de incompetência desta Casa para oferecer uma proposta. O referendo assegura que a população possa se expressar sobre o que é fundamental nesse processo de reforma política.

Temos duas linhas mestras que precisam ser destrinchadas, duas linhas sobre as quais precisamos avançar, porque são estruturantes. Se não avançarmos nelas, não podemos fazer a varredura que se quer fazer. Podemos até aprovar uma série de projetos que aqui tramitam, mas não vamos mexer na estrutura que tem feito com que a população, ainda que não entenda e não se engaje no processo de reforma política, tenha um sentimento de que é preciso mudar, de reformar este Poder, para que ele esteja mais coadunado com os anseios populares, para que ele possa ser um representante mais exato. Não é apenas o Supremo Tribunal Federal ou não é apenas esta Casa, com a Ficha Limpa, que criam critérios para que se possa disputar uma eleição. Temos critérios não apenas do bem, a Ficha Limpa, mas critérios relacionados ao poder econômico.

O Deputado Marcelo Castro foi muito feliz ao dizer que está entranhado, como um verdadeiro critério, o poder econômico, o quanto se tem de poupança, o



quanto se tem de recurso para a disputa de uma eleição. E o critério dos recursos para a disputa de uma eleição está tão entranhado que passa a ser seletivo. As pessoas dizem: *“Eu não me candidato, porque não tenho dinheiro, porque não tenho recursos para me candidatar, independentemente do que eu represente e da importância que as minhas ideias possam ter no exercício da construção da política brasileira e da política municipal e estadual”*.

Portanto, eu diria que há duas questões estruturantes: o sistema político e, particularmente, o financiamento público, das quais derivam outras questões.

Financiamento público significa, entre outras coisas, a democratização do processo.

Então, a proposta do Relator está dizendo que essa decisão será, sim, tomada pela própria população no sistema de referendo, mas isso não significa que esta Comissão não tenha uma posição! Não significa que esta Comissão vai dizer, simplesmente, que foram tantas as propostas que ela não a teve competência de construir uma própria. Não se trata de construir um consenso. Esta é uma Casa em que dificilmente há consenso. Aqui não se construiu um consenso que represente o conjunto das opiniões do País, mas se construiu uma maioria. Quem disse que não conseguimos construir uma maioria? Não temos nenhum elemento para dizer, nenhum tipo de aferição para dizer que não conseguimos aqui construir uma maioria. É possível construir uma maioria, é possível construir uma proposta que seja submetida à discussão e a à palavra final da própria população.

Portanto, eu diria que é preciso, sim, que o Brasil mostre a sua cara, que os partidos mostrem a sua cara; que os Parlamentares possam dialogar com a população olho no olho para dizer o que defendem! Se defendem o financiamento público ou não, se defendem que sistema eleitoral e por que defendem. Senão, nós vamos dizer: *“Eu nunca vi uma discussão como essa”*.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - V.Exa. me permite um aparte, Deputada Erika Kokay?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Nós concordamos com quase em tudo. Em relação ao referendo, apenas divergimos quanto à data, porque os Deputados Miro Teixeira e Reguffe e o nosso Relator acham que o referendo



deveria ser antes da experiência. Ora, a Deputada Rosane Ferreira nos trouxe um dado concreto: a experiência de Diadema. Diadema votou a favor do desarmamento porque já tinha vivido uma experiência. Um processo novo traz sempre receio, ansiedade, insegurança. Então, se a população for julgar sem ter vivido a experiência do financiamento público, temo que estejamos malhando em ferro frio. Vamos votar uma coisa aqui e a população vai desfazer o que nós fizemos, porque não viveu a experiência.

O que poderíamos fazer, o que eu acho que mais sensato, mais equilibrado e que daria uma melhor oportunidade à sociedade, era, depois de ter vivido duas ou três experiências eleitorais, chamar a sociedade e perguntar: *“Quer esse sistema ou quer voltar ao sistema anterior?”*

Muito obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Vejam, penso que o que se está dizendo aqui, que se está desenhando é que é preciso que não decidamos nada. Eu concordo com V.Exa. quando diz que precisamos decidir e submeter à população. Mas aqui está se dizendo assim: *“Não podemos decidir nada, porque não temos como construir uma maioria!”* E nem se sabe ao certo o que será submetido ao plebiscito! O que vai ser submetido ao plebiscito quanto ao sistema eleitoral? Como vamos saber quais são as propostas que vamos colocar para a sociedade para que ela possa decidir sobre o sistema eleitoral? É o distrital misto, é o “distritão”, é o voto proporcional, como está hoje, é o proporcional misto? Qual é o sistema? Como a população vai decidir algo se nós não conseguimos ainda deliberar sobre o que ela tem que decidir, quais são as verdadeiras polêmicas? Ou então vamos fazer uma votação prévia ou vamos medir qual é a avaliação dos Deputados e das Deputadas previamente, para saber o que vamos submeter à própria população em plebiscito?

Por isso, Deputado Henrique Fontana, V.Exa., às vezes, nos dá uma profunda angústia, porque tenta sempre buscar o consenso — eu concordo com a Deputada Rosane Ferreira —, e o consenso é realmente difícil, o que não significa que a maioria não possa ser construída, e V.Exa. tem contemplado as diversas opiniões. Contemplou, por exemplo, a preocupação dos Deputados Miro Teixeira e Reguffe, ao dizerem que todo poder emana do povo e em seu nome deverá ser exercido. Assim sendo, o povo tem de deliberar, e ele vai deliberar através do referendo.



Mas isso não significa que não vamos ter uma opinião. Se vamos ter um diálogo claro e honesto com o conjunto da população sobre o que cada uma de nós defende, sobre o que cada partido defende, considerando, sem prejuízo da proposta do Deputado Miro Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para concluir, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ... sem prejuízo da proposta do Deputado Miro Teixeira, que possamos apreciar tudo aquilo que significar diminuição do poder econômico. Sem prejuízo disso, repito, mas com a clareza que há dois pleitos estruturantes e que precisam ser deliberados e submetidos a referendo, o financiamento e o sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, primeiro, é preciso definir, com absoluta clareza, que plebiscito e referendo são coisas absolutamente distintas. Se começar a misturar plebiscito e referendo, referendo e plebiscito, vão pensar que é a mesma coisa. No Código Florestal, apicum e mangue é a mesma coisa? Não é, não é. São coisas diferentes.

Então, em relação ao plebiscito, é impossível ter posição política com uma resposta tão clara, tão evidente, que permita ao eleitor dizer “sim” ou “não” sobre um tema desse. Ele é muito complexo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pois é. Plebiscito é um equívoco completo, porque ele é raso, é reducionista! Só permite “sim” ou “não”.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só para ajudar, Sr. Deputado, as cinco opções dizem o seguinte sobre sistema eleitoral: opção 1, proporcional; opção 2, misto; opção 3, distrital; opção 4, distrital misto; opção 5, "distritão".

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pergunto ao Deputado Miro como ele responderia “sim” ou “não” sobre as cinco propostas, de uma vez só. Não tem como. Então, plebiscito não é exequível. Não se trata de concordar com o mérito. Não tem como executar. Referendo é diferente.



Agora, a discussão que se faz aqui é a seguinte: quando começamos a discutir esse tema, queríamos aparelhar a sociedade com um instrumento legislativo capaz de permitir que ela escolhesse o melhor legislador, o melhor administrador. Tinha que se dar a ela essa possibilidade, o que esse sistema não faz. Quando V.Exa. diz que o cidadão para ser candidato tem de ter muito dinheiro, todos que têm pouco, e dependendo da qualidade, estão excluídos do processo. Logo, não está à disposição do cidadão a possibilidade de eleger o melhor; está a possibilidade de eleger os que se candidatam. Isso é ruim.

Logo, sou favorável ao financiamento público e exclusivo de campanha — e desde o início.

Mas vem o referendo sobre isso. Ele pode ser complicado, mas vai nos permitir, pelo menos, não termos que ouvir numa rede de TV ou ler num jornal famoso um colunista fazer uma coluna inteira com uma estultice gigante. Não diz absolutamente nada que seja verdade, uma coisa rasa. Vai permitir o debate franco. Vamos ter condições de explicar, como fizemos em algumas universidades, com 700, 800 alunos contrários. Porém, quando se discute 15 minutos, eles começam a dizer: *“Opa, não é bem assim o negócio”*. Portanto, para mim, não tem nenhum problema.

Acho melhor o referendo ocorrer algum tempo depois para provarmos isso à sociedade. Mas se quiserem fazê-lo logo depois, não há contrariedade com relação a isso.

Duas questões, no entanto, para mim são fundamentais. Discutir o sistema eleitoral, e devíamos aprová-lo aqui. O referendo não exclui nenhuma responsabilidade desta Comissão, que acumulou massa crítica, que debateu em todas as cidades que pôde do País, que fez discussão em todas as universidades, que assumiu compromisso e hoje, com concordância ou não, tem condição de deliberar sobre esses temas. A Comissão tem que deliberar, ter um relatório votado. Esse relatório vai a plenário, e, então, vamos ter condição de fazer ampla defesa em relação a isso. E, depois, submeter o que for votado ao referendo. Não vejo nenhuma contradição com relação a isso, até porque não vejo muitas outras opções. Parece que sobrou só essa nesse processo.



Agora, nós, Parlamentares, temos condições. Quero só dar um último exemplo. Quando eu adoço, sei que quero me curar. Podia ir ao plebiscito. E me perguntam: *“Quer ficar são ou não?”* Mas eu preciso de um médico que saiba como fazer a cura. Logo, quando alguém nos delegou um mandato, queria que soubéssemos o que fazer. Passamos o ano inteiro estudando a matéria e queremos que um colega ali fora, no corredor, nos faça pergunta estapafúrdia, porque não participou desse processo. Um cidadão simples, que nunca ouviu falar disso, tem que dizer no referendo o que pensa sobre o processo. Eu acho difícil. Se ainda não sabemos o que é bom para o Parlamento e para o sistema político, um referendo talvez não consiga ser tão claro, tão eficiente quanto se deseja, mas quando não há outra alternativa, tome-se insulina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Logo depois do Deputado Edinho Araújo, eu farei uso da palavra como membro da Comissão. Para concluir, falará o Relator.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, eu vou ser extremamente telegráfico.

Acho que o recesso fez bem a esta Comissão. E eu quero parabenizar V.Exa., o Relator, Deputado Henrique Fontana, e os membros desta Comissão.

O que está claro para mim, o que eu percebo na sociedade? A sociedade tem uma profunda desconfiança da reforma política. *“Ah! Deputados e Senadores vão votar uma reforma para eles, de acordo com o interesse deles.”* Então, há uma profunda desconfiança da sociedade com relação àquilo que vamos votar.

Depois de muita reflexão, acho que o encaminhamento que o Relator está dando para essa questão é adequado. Primeiro, temos de deliberar. E o Presidente colocou muito bem essa questão. Então, para mim, cabe deliberar, votar, decidir o projeto de reforma política. Quero enfatizar: precisamos deliberar.

Consenso, não. Não há consenso. Acho até que os partidos não têm que fechar questão em termos de reforma política. Todo partido tem de considerar o que está sendo debatido e não fechar questão em reforma política. Ora, cada Deputado, cada Deputada é uma instituição, tem uma história. E ele vai votar de acordo com a sua percepção.



Ouvi muitas pessoas no recesso. Visitando algumas cidades, eu perguntava: “Como vai o candidato A?” – “O candidato A é assim, assim.” – “E o candidato B?” Percebe-se, então, que o partido começa a focar no seguinte: o cidadão é um bom candidato, mas a escolha se direciona para o candidato que tem posse, para o candidato que tem dinheiro.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ou já falam com o Deputado, desde agora: “*Deputado, o senhor tem como ajudar?*”

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Exatamente. Há essa questão. Se dois candidatos, segundo as pesquisas, estão empatados, o pessoal já começa a decidir. Estão empatados, mas como o candidato A vai ter dinheiro para televisão, para contratar a maior agência e os melhores jornalistas, com certeza ele vai ganhar a eleição.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros de Comissão, vamos votar, vamos deliberar. Vamos submeter ao Plenário.

Eu concordo com a proposta do referendo. Acho que devemos votar. Assim, não teremos a pecha de ter sido incompetentes, de ter apenas viajado pelo Brasil inteiro, de ter gasto o dinheiro público e de não ter decidido. Temos de dizer que, quanto a isso, não há consenso, ha maioria. O Relator já concordou. Eu não sei se tecnicamente isso é possível. Essa é uma questão para a Assessoria nos orientar. O que eu entendi é que o Relator apresenta o relatório e ele é aprovado ou não é aprovado. Mas estão encontrando uma forma de decidirmos item por item e de construirmos uma maioria. Vota-se primeiro o relatório, ressaltados os destaques e, depois, compõe. Não sei se esse projeto pode ficar um *frankenstein*, não sei como é que fica. Não há esse risco...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Deputado Edinho Araújo, V.Exa. me permita um aparte?

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Só para fazer uma retificação na fala do Deputado Alceu Moreira. A diferença entre plebiscito e referendo, no Direito, é que o plebiscito é convocado antes da criação da norma, e o referendo é convocado após a edição da norma, para que o povo possa referendá-la, dizendo “sim” ou “não”.



O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Claro, perfeito.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - É só para não ficar aquela explicação, porque o conceito de ambos é diferente do que o Deputado Alceu Moreira disse. E eu concordo com a fala de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Acho que estamos caminhando para isso, Sr. Presidente, caro Relator, companheiros de Comissão.

Vamos votar. Não votar é algo irreparável. Não teremos justificativas perante os nossos eleitores, perante a sociedade brasileira se não o fizemos. Eu me lembro que, quando começamos, o Presidente sempre nos alertou: *“Não precisamos ter pressa, vamos com calma”*. E o Senado deliberando, votando.

Acho que chegou a hora, acho que o trabalho amadureceu. Estamos prontos para decidir. E eu quero dizer ao meu Líder, o Marcelo Castro, que essa é uma questão que não deve ser fechada pelo nosso partido. Nós somos do mesmo partido, mas temos realidades diferentes, temos formações diferentes. Essa votação eu proporei que, no meu partido, não seja uma questão fechada. Que cada um vote de acordo com a sua convicção, com a sua história, com o seu convencimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Passo a presidência ao Deputado Edinho Araújo para que eu possa fazer uso da palavra como membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Presidente, há uma em votação em plenário. Como vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vamos terminar esta sessão como tínhamos programado. Temos ainda duas falas, a minha e a do Relator.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Há uma votação. É uma votação importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Esta votação já se iniciou há 30 minutos.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Justamente por isso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu não encerrarei se não receber uma determinação expressa da Presidência da Casa. Eu esperei com calma que todos falassem. E fizeram uso da palavra até por mais de 10 minutos, mesmo eu chamando a atenção.

Eu transfiro a presidência ao Deputado Edinho Araújo, para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, estamos interessados em ouvi-lo, até porque estamos aqui.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Ótimo. Agradeço.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Agora, eu queria exercer meu voto no plenário e voltar. São cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Farei uso da palavra em menos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Bom, eu só tenho a preocupação...

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - V.Exa. me transfere a palavra, como Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Tudo bem. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, como membro desta Comissão, devo dizer que, ao reassumir a presidência dos trabalhos para encerrar esta sessão, vou dizer que, na próxima semana, salvo deliberação em contrário do Plenário, submeterei oficialmente a matéria à discussão e votação. Se o Plenário decidir o contrário, a Presidência acatará, mas, de ofício, a Presidência tomará essa decisão.

Quanto ao mérito, eu devo dizer que vou fazer uma síntese para me reportar apenas ao plebiscito, porque é uma matéria que eu defendi desde o início, no ano passado, quando ela foi levantada pelo Deputado Miro Teixeira. Aliás, em dado momento, eu fui até muito combatido por ter feito um comentário de mérito sobre a questão do plebiscito.

Não que o Plenário não vá decidir, deliberar a alteração do sistema eleitoral vigente hoje, sobretudo porque eu entendo que, se o Plenário não deliberar a alteração, é legítimo. É preciso que as pessoas não coloquem na cabeça que,



quando o Congresso delibera para não editar uma nova lei, mudando a anterior, é porque quer a anterior. Têm que colocar isso na cabeça. Se lá disserem assim que não temos número suficiente, o *quorum* qualificado necessário, digamos, para mexer na Constituição e, conseqüentemente, no sistema eleitoral, é porque os Parlamentares querem que permaneça o sistema proporcional. Deliberou — deliberou.

Eu discordo da tese daqueles que dizem, como o Deputado Marcelo Castro, que parece que os que defendem plebiscito não querem mudança. Eu diria o contrário, porque o Plenário, em vez de plebiscito, já quis deliberar essa matéria algumas vezes e não deliberou, em sentido contrário ao que está na lei. Mas tenham certeza absoluta de que, se ela for para plebiscito — o *quorum* lá é metade mais um —, nós vamos ter deliberação através de plebiscito.

Agora, uma outra falácia, que vem do nosso querido Deputado rio-grandense, Alceu Moreira. Ele diz. — e a Erika Kokay também: “Mas, como fazer plebiscito com uma questão tão complexa?”

Que questão complexa? Se você deseja financiamento público ou privado, e em sendo... Ou a terceira hipótese: financiamento misto, público e privado. No mais, plebiscito para sistema eleitoral?! Se você deseja o distrital, ou o Distritão, distrital misto, lista fechada, o proporcional, que hoje existe, perguntar à sociedade a respeito disso e achar que a sociedade, três meses depois de um longo debate no rádio e na televisão, não vai saber responder a essas perguntas?! E mais, dizer que isso é objeto de muitos anexos, de muitas perguntas?!

Não, gente. No plebiscito, como consulta, a população aponta o Norte. Olha, mais complexo do que financiamento de campanha e sistema eleitoral é o plebiscito: “você deseja presidencialismo ou parlamentarismo?” A população disse: “presidencialismo”. Pronto: volta para o Congresso, para regradar o presidencialismo. Se a população disser: “Não, nós queremos parlamentarismo”.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Permite-me um aparte, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu permitirei. Só para concluir o raciocínio: então, aí a matéria retorna para o Parlamento, para regradar o parlamentarismo.



Já quanto ao referendo, com todo o respeito, fazer uma norma, colocá-la em vigência, para que a população experimente, com todo o respeito, seria o caso de fazer a população de cobaia. Nós temos é que consultar a população, depois de uma campanha exaustiva pelo rádio e televisão. “O senhor deseja, no sistema eleitoral, o sistema distritão?” E nós temos 3 meses, 45 dias, 60 dias, o que for regulamentado, para, no rádio, na televisão, no panfleto, no volante, no jornal, nas ruas, nas universidades, onde for, explicar à população o que é isso. E a população vai compreender tranquilamente. A matéria retorna. “Foi decidido o quê?” Distritão. Aí nós vamos escrever as normas sobre o distritão.

Eu concedo o aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, eu o aparteio só para fazer essa observação sobre a questão do plebiscito — “parlamentarismo ou presidencialismo?” —, que deu o óbvio. Por quê? A população nunca viveu o parlamentarismo no Brasil, a não ser em um lapso muito pequeno, que não deu para formar um juízo a respeito disso.

Acredito que, se nós fizermos essa pergunta em um país parlamentarista, vai dar parlamentarismo. Ele não sabe o que é o presidencialismo, eles nunca viveram o presidencialismo. Aí bota um camarada lá, que vai mandar em todo mundo, um sujeito sozinho, quando a coisa é democrática, quando é um parlamento que decide coletivamente.

Então, o argumento de V.Exa. só reforça a nossa tese. Sobre o exemplo que V.Exa. usou do parlamentarismo e do presidencialismo, aqui, sim, vivemos o presidencialismo. Aí, vamos passar 3, 4 eleições aqui, 10 anos, 20 anos no parlamentarismo. E, então, vamos fazer um plebiscito. Aí, sim, nós estaremos em igualdade de condições. O mesmo povo que... No caso aí do referendo... Não, aí pode ser um plebiscito, para jogar uma coisa ou outra, ou que “sim” ou que “não”. A mesma população que vivenciou o presidencialismo, vivenciou o parlamentarismo. Então, ela está em condições de dizer qual é o melhor, qual é o pior. É isso que nós estamos dizendo.

O que estou propondo? Não sou contra o referendo. Acho que a vontade última é do povo brasileiro. Eu estou de acordo com o referendo. Eu só quero que esse referendo seja feito depois que as pessoas tenham a experiência daquilo que



nós votamos, porque, senão, Presidente, nós estaremos fazendo absolutamente nada. Estaremos malhando em ferro frio. Nós aprovamos aqui o financiamento público de campanha. Em 2013, faz o referendo, e eu digo aqui para V.Exa. — faço uma pequena aposta com V.Exa., uma garrafa de vinho barata — como a população vai responder contra o financiamento público de campanha. Nós vamos votar aqui a lista fechada e vamos fazer o referendo de 2013. E a população vai dizer: “Não queremos lista fechada, não. Queremos é como está”. Por quê? Ela não sabe, ela não vivenciou. Vamos explicar, vamos justificar, vamos... Mas vai ser sempre algo novo. Ela vai decidir sempre sobre uma coisa com a qual ela não tem experiência. No caso de parlamentarismo e presidencialismo, qualquer pessoa bem experiente já sabia que ia dar presidencialismo. Por que a população brasileira iria escolher o parlamentarismo, se ela não sabe o que é parlamentarismo, se ela nunca vivenciou o parlamentarismo, se não sabe que bicho é esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcelo Castro, a nossa diferença, ou melhor, a diferença que eu apresentei, do meu ponto de vista, sobre o plebiscito não é em relação ao mérito em si do plebiscito, ou seja, o conteúdo, a matéria que nós vamos tratar. Quando eu coloquei a questão do plebiscito era para me contrapor àquela tese de que não é factível realizar um plebiscito sobre sistema eleitoral, por ser complexo. E mais complexo do que sistema eleitoral é você regradar o presidencialismo ou regradar o parlamentarismo. Então, isso é uma falácia. O plebiscito é instrumento hábil, capaz de estabelecer uma decisão para que a matéria volte ao Parlamento e o Parlamento estabeleça todo o regramento. A diferença é essa, embora, no mérito, a gente também discorde, porque eu sou favorável ao plebiscito. Mas isso também não quer dizer o que foi dito aqui, que, se fizermos a opção por um plebiscito, nós não vamos deliberar nada. Não é nada disso, gente.

Primeiro, já estamos deliberando o plebiscito. Segundo, a justificativa de que nós estamos devolvendo à sociedade é porque, no mínimo, entendemos que, nessa matéria, a forma mais legítima é a decisão pelo povo. Esse é o segundo aspecto.

Essas não são as duas únicas matérias que serão deliberadas. Sobre todas as outras matérias, que não se vinculam diretamente a essas duas, nós estaremos



aqui deliberando e mandando para o plenário, enquanto mandaremos para a sociedade a consulta plebiscitária.

Concluí.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente em exercício, colegas que estão aqui, as pessoas que ainda estão nos acompanhando, atendendo ao apelo carinhoso e à crítica respeitosa e construtiva que me foi feita pela Deputada Rosane e pela Deputada Erika, eu também entendo que chegamos a um ponto limite dos processos de negociação, no sentido de ampliar a maioria, não no sentido de buscar consenso.

Este Relator, por óbvio, nunca imaginou que um tema definisse se o financiamento é público ou privado, se se vota pelo sistema distrital proporcional ou pelo distritão e que se fosse chegar a um consenso na Casa. Seria um delírio absoluto! Mas a ideia de constituir maiorias mais sólidas que pudessem vencer eventuais obstruções, isso sim, porque nós conhecemos o Parlamento e sabemos que, muitas vezes, três, quatro ou cinco Parlamentares em uma Comissão, mesmo tendo eventualmente minoria franca, podem obstruir longamente uma votação.

Então, eu gostaria de construir um ambiente, como parece que está desenhado agora. E, nesse sentido, como colocou o Deputado Edinho, eu acho que o recesso foi bom para todos nós, em todos os sentidos, porque parte do recesso é o período de férias. Isso é bom para todo mundo, faz bem para todo mundo, inclusive para a saúde de todos.

Agora, o que eu penso? Nós estamos em uma circunstância em que algumas falas... E eu digo “respeito”, porque agora estou falando da minha opinião de forma muito respeitosa. Mas algumas falas chegam quase a me dar a entender o seguinte: que este tema está tão difícil de votar no Parlamento que a solução é transferir direto para a população, para votar em um plebiscito. E isso eu não acho razoável. Até porque o próprio debate sobre as perguntas que seriam feitas no plebiscito e/ou atendendo — e certamente o Deputado Miro está nos acompanhando, e vamos debater outras vezes — a definição dos chamados “anexos” demandaria um longuíssimo debate nesta Comissão.



Eu recebi inclusive críticas detalhadas e legítimas sobre o relatório. Por exemplo: *“por que colocar só 20% de parcela igualitária? isso não desequilibra?”*

Mas, aí, eu passei para 25%. Imaginem, chegam ao ponto de dizer qual é a redação da lei que representará o voto proporcional misto em um eventual plebiscito! É quase como se nós fôssemos instalar seis, sete comissões iguais a esta, para que cada uma pudesse definir uma redação, porque a população só pode ser consultada com uma redação, porque, senão, a população estaria sendo consultada para passar um cheque em branco para o mesmo Parlamento que não foi capaz de lhe dizer qual a sua opinião sobre como deve ser o financiamento de campanha.

Ela não pode ser convidada para dizer se ela quer o financiamento público ou o privado. A população deve ser convidada para decidir, talvez, um detalhe de impacto muito menor do que o detalhamento do financiamento. Eu peço de novo que os colegas... A maioria que está aqui já leu, mas algum jornalista ou outro, alguma pessoa que esteja acompanhando talvez não. Nós passamos um ano para compor uma proposta de financiamento público. São nove páginas, Deputado Edinho.

Quero fazer justiça aqui à equipe qualificadíssima de consultores, que pesquisam. Porque eu, como digo brincando, só encomendo. Eu digo: olha, me vê qual é a experiência de tal lugar; me faz um quadro comparativo, sobre quantos países fazem assim, quantos fazem assado, etc.

Então, não se trata — e aí, sim, eu concordo com o Presidente — de dizer que o povo não tem condições de fazer qualquer tipo de escolha. Ele as tem, mas pergunto eu: e se nós formos votar uma reforma tributária exigindo um plebiscito? como seriam as perguntas? Por exemplo: eu sou a favor de um IVA ou contra?; eu sou a favor de uma carga tributária de 38, 39, 40, ou de zero?

Aí, voltaríamos aqui ao plenário da Comissão, supondo que a população saiba o que quer.

Até porque penso que quem apresentou o projeto de decreto legislativo — no que eu concordo, como o meu próprio projeto já mudou quatro vezes —, já imaginou como faríamos a votação. E vamos supor que venceu, então, o distrital misto e que venceu o financiamento público. E, aí, começamos exatamente do lugar em que estamos agora.



Eu pude ouvir com atenção todos os colegas e senti, primeiro, que há uma maioria sólida que quer votar imediatamente. E também, dialogando com o Deputado Marcelo, a minha posição originária já mudou muitas vezes. É verdade que mudou, isso nós temos que perceber. Mas a minha era essa, a de um referendo, duas eleições depois — que é o que está no Relatório, aliás —, com o argumento de permitir a experiência, etc. Eu também acho que isso é o melhor. Mas, a partir de hoje — e os consultores estão trabalhando sobre o Relatório —, eu vou incluir no meu Relatório um referendo em 2013, porque eu não quero que o meu Relatório carregue o peso de ter que enfrentar um argumento de que eu esteja propondo algo para beneficiar os Deputados ou os Parlamentares, e não para melhorar a democracia brasileira.

Então, quem vai ter a palavra para dizer se o Relatório que nós vamos votar aqui deve ser adotado para melhorar a democracia brasileira, ou não, vai ser a população brasileira, em última instância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Só um esclarecimento, por gentileza.

Digamos que seja aprovado pelo Congresso o financiamento público exclusivo. Aí, nós passaremos duas eleições, fazendo uso desse instrumento de financiamento de campanha, o financiamento público, e, ao final das duas eleições, há um referendo, o referendo para se manter o financiamento. Como seria o questionamento?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ele está no projeto, Presidente. Ele está redigido no detalhe do projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu digo como referendo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Como referendo. Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Qual seria o questionamento?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A redação eu não tenho aqui em mão agora. Mas é exatamente isso. A população vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Digamos, então, que seria para manter ou não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – O.k. Perfeito.

Então, em uma hipótese, digamos que a população diga “não”...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - No minuto seguinte, a legislação anterior a essa nova lei entrará em vigor de novo; ou seja, volta o financiamento privado. Não há vacância legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E aí há reconstituição; ou seja, tornar vigente a lei anteriormente revogada. É isso?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Aí, nós ficaremos em branco, sem legislação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Agora, Presidente, essa preocupação está vencida porque eu vou colocar o referendo prévio.

E quero dizer ao meu amigo Marcelo... E quero apostar essa garrafa de vinho, pois tem que ter teto; é como presente de amigo secreto: tem ser uma garrafa de vinho barata.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Um Catena.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É, pode ser. Não aquele Catena máximo, mas um Catena médio. Ou, no meu caso, eu sugiro um Gran Reserva Boscato, da Serra Gaúcha, que é excelente.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Ou um Don Laurindo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Um Don Laurindo também pode ser.

Eu digo o seguinte: que sou defensor... Se nós aprovarmos no Parlamento o financiamento público, vamos vencer o referendo, porque vai ser a primeira vez na história da democracia brasileira em que vamos poder defender, de peito aberto, o financiamento público.

Porque eu não ouço ninguém, dos que são contra o financiamento público, defender o financiamento privado. Eu vejo a propaganda do PTB, com todo o respeito ao partido, fazendo a demagogia de dizer que o dinheiro que iria para a eleição faria falta para o hospital. E é o oposto.

Quando for o dinheiro republicano para a eleição, vai sobrar dinheiro para 30 hospitais, 50 hospitais; Mas, aí, nós vamos poder falar da relação que tem o



financiamento privado com a corrupção, da relação que tem o financiamento privado com a cláusula de barreira. É como bem disse o Marcelo: milhares de cidadãos poderiam ser excelentes Vereadores, Prefeitos, Deputados, mas não concorrem porque não têm dinheiro. E nós também não continuaríamos mais administrando um conjunto de pressões que começa agora na linha: *“E aí, Deputado, como é que é para conseguir o dinheiro para a campanha? O senhor vem aqui e nos ajuda.”*

Então, o Deputado, hoje em dia, inclusive — vamos falar das coisas como são —, tem que financiar uma campanha para Deputado e, depois, tem que visitar todos os financiadores de novo, para financiar campanhas para Prefeito e Vereador e pedir apoio. No fim, o Deputado está virando um administrador de arrecadação financeira.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Fontana, só uma pequena observação com relação ao referendo antecipado. É isso, ou não é? Seria referendo não depois de duas eleições, mas depois de apreciado pela Comissão e pela Câmara dos Deputados...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso, depois de a lei ser aprovada.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Depois da lei aprovada — referendo antecipado.

Eu acho que seria um grande momento de democratização, de oxigenação, de trazer o jovem para o debate político, de educação democrática.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso!

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Portanto, seria um novo momento para que nós pudéssemos debater política. Por isso o meu entusiasmo com essa tese.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E por que eu proponho 2013? Porque eu não quero submeter um candidato a Prefeito a que enfrente uma demagogia. Quem é contra o financiamento público com argumentos consistentes, todos respeitáveis? Porque nós não podemos... Aqui ninguém é dono da verdade. Mas eu não posso submeter um candidato a Prefeito à demagogia de um adversário que misture o tema do financiamento e o acuse, dizendo que aquele quer financiamento público para os políticos, para esses políticos aí; quer tirar dinheiro dos hospitais, etc. E embaralha a eleição municipal, criando, evidentemente, uma



absoluta manipulação no processo eleitoral municipal. Então, é o referendo solteiro, que vai debater só sistema eleitoral e o financiamento; e ou se aprova a lei que nós votamos aqui, no Congresso Nacional, ou não se aprova.

A outra questão é a seguinte. Muitos falaram aqui: qual é a dificuldade para votar? A dificuldade é só levantar o braço, cada um dizer o seu voto, contar a maioria, que está feito o resultado.

Eu, por exemplo, até tenho uma intuição, que comentei com colegas: sou contra a coincidência de eleições, mas a minha intuição é de que ela vai ganhar aqui na Comissão. A minha intuição é de que ela vai ganhar. E, se ganhar, vai para o relatório. E, depois, lá, no plenário. Aí vai ser a festa da democracia! Porque eu concordo... E colocava, Deputada Rosane, o tema da crítica respeitosa que V.Exa. fez a mim e que acolho de maneira muito positiva: eu também já estou cansado.

Eu vou contar um segredo para vocês. Houve um dia em que eu fui a uma reunião com o Líder da minha bancada, uma semana antes daquela nossa última reunião aqui com alguns colegas, como é normal nessa situação, na qual o meu amigo Waldenor estava. E eu defendi: *“Olhem, eu estou a fim de votar”* — naquela última reunião da legislatura passada. Aí eu fui convencido pelos colegas para esperar passar o recesso. E, agora, reconheço que foram sábios, porque eu acho que o clima agora é muito melhor.

Então, qual é a minha proposta, concretamente? Eu vou alterar o relatório só no que diz respeito ao ordenamento dos artigos, para que fique: Capítulo I - Financiamento; Capítulo II - Sistema de Votação; e, no Capítulo III, as demais mudanças que estou propondo. E o referendo em 2013 será para que a população diga “sim” ao que o Congresso Nacional aprovou no Capítulo I - Sistema de Financiamento. Se disser “não”, volta o sistema que nós temos hoje. E que ela diga “sim” ou “não” quanto ao sistema eleitoral.

Eu antevejo... É por isso que eu digo que prefiro, se for o caso, perder como relator. Se não houver maioria de votos para aprovar o relatório, ressalvados os destaques, eu prefiro perder; e que se nomeie o relator vencido. Eu não tenho como pilotar, como Relator, a execução de 6, 7, 10 anexos.

O Sirkis faz um apelo que eu acho que como apelo funciona, mas que no Parlamento não vai funcionar, que é dizer: *“Entrega, por exemplo, para o PT, para*



que faça a redação do sistema de lista; entrega para o PMDB, para que faça a redação do Distrito; entrega para o PSDB, para que faça a redação do distrital”.

Ah, gente! Se entrarmos nos detalhes do que se colocou ali, vira um... Então, teríamos de passar por um processo, na minha avaliação. E é tão difícil fazer isso, que eu intuo que os anexos não vieram, ao contrário do relatório, que eu apresentei, para todos.

Eu estou na chuva para me molhar, para sofrer críticas, para receber elogios e conclusões, etc., porque eu me posicionei. Agora é hora de todos os Parlamentares e bancadas se posicionarem.

O destaque... Eu tranquilizo... Eu e o Deputado Edinho estamos muito afinados nesse debate, temos falado muito sobre... Pode mudar tudo, que não há *frankenstein*. Porque, por exemplo, se o sistema eleitoral que eu proponho, que é o sistema belga de lista flexível, com um voto só — ou vota no partido ou vota no Deputado —, há uma emenda que entra para disputar contra ele, para substituir todos os artigos que compõem esse sistema, um voto distrital, por exemplo, e esse voto ganhar aqui, ganhou. Não tem...

Quanto ao financiamento é a mesma coisa. Aprovou-se o financiamento público exclusivo, e, aí, alguém apresenta uma emenda, por hipótese: “Os candidatos proporcionais poderão arrecadar recursos privados”. Se ela ganhar no plenário, agrega arrecadação privada. Enquanto o meu sistema é público exclusivo.

Então, tudo é possível. Inclusive, nós fizemos simulações, com a consultoria, sobre n emendas que poderiam ser debatidas.

O Deputado Daniel não pôde também permanecer. Mas eu também sou contra fatiar. Vamos ser explícitos, gente! O PCdoB e alguns partidos menores não aceitam fatiar uma reforma que termine só com o fim das coligações; aceitam perder a ideia do fim das coligações, o que eles não querem e que eu coloquei no relatório, se houver financiamento público.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - E se tiver a Fórmula D'Hondt.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Se tiver a Fórmula D'Hondt, que está no relatório. Aliás, eu adotei esse tema belga, atendendo a sugestões do Deputado Edinho, do Deputado Cadoca — e quero fazer justiça aqui, porque foi dele a primeira emenda. Então, tudo é um balanço. Por isso haverá um momento em que



as bancadas terão de dizer “sim” ou “não” ao Relatório. Eu, de fato, não posso mais mudar para além do que já mudei. Alguém me pede: *“Henrique, inclui isso.”* Eu, por exemplo, agora incluí uma emenda. Com o referendo, eu incluí uma emenda, que era uma demanda do Deputado Esperidião Amin, que eu estava discutindo. Agora está contemplada. O Deputado Esperidião Amin está contemplado. Porque ele dizia o seguinte: *“Eu apoio financiamento público desde que a população tenha o direito de dizer “não” antes de ele entrar em vigor. Só se ela quiser”*.

Assim será. Se nós ganharmos aqui, como eu também intuo que vamos ganhar... Porque o mapeamento que eu tenho é de que financiamento público tem maioria na Comissão. E intuo o mesmo quanto ao Plenário. Eu vou dizer uma coisa, brincando. Também já estou um pouco naquela fase em que o cara vem cansando. Em qualquer lugar, eu abro o elevador, entro no plenário, encontro um companheiro Deputado no restaurante, e a pergunta vai ser: *“E aí, Relator? Quando é que vamos votar a reforma política? E aí, Relator? Vota-se ou não esse negócio? E aí, Relator, como é que está isso?”*

Então, com a anuência do meu Presidente, que já colocou isso... Aliás, ele anunciou, e eu digo: vamos votar. Na semana que vem vamos votar. E nós vamos fazer os últimos ajustes, levantar cada destaque.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eu quero levantar uma dúvida aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, vale sim. Nós temos que ter segurança.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - A minha dúvida é sobre o processo de votação. V.Exa. está dizendo que vai modificar o relatório...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só no quesito que diz respeito ao referendo. Se alguém quiser usar o Regimento, poderá nos trancar por mais algumas sessões.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Então vai ter que abrir prazo para poder ser emendado.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Para mim não há problema. Eu proporia um acordo, porque a mudança não alterará uma vírgula do conteúdo do que está escrito no Relatório. Ela só vai alterar o parágrafo que fala do relatório.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Mas não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Agora, se um Deputado usar a prerrogativa e não aceitar o acordo...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Claro.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu proporia acordo por quê?

Porque aí, como diz o Deputado Reguffe, nós teremos tempo, pois essa votação vai demorar. Se nós tivermos, por exemplo, 20 destaques, e o Presidente vai propor algum sistema — falam dois a favor e dois contra, e vota-se o destaque —, essa será uma longa votação. Por isso eu proponho, por acordo, que não se utilizasse o...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Essa é uma norma de ordem pública e não vamos correr risco, não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sabem por quê? Eu tenho vontade, até para não perder esse tempo, de talvez começar... Mas eu não vou entrar para a história. Eu não poderia entrar para a história, ouvindo alguém dizer que, depois de todos os meus anos dedicados à política, eu estaria sorrateiramente fazendo um relatório para mudar o sistema político do meu País para beneficiar o meu partido. Gente, isso é uma agressão! Do meu ponto de vista, da minha alma, é uma agressão, até porque o meu partido está crescendo no sistema que está aí, mas está perdendo pedaços. E o que eu sinto, para usar a palavra do meu amigo Marcelo Castro, naquele dia em que ele disse que a sua sorte foi tirar o *button*... E já aconteceu, não como o caso do *button*, mas em circunstâncias semelhantes, de a gente enfrentar esse preconceito contra a política, esse esporte nacional infantil e ingênuo que é falar mal da política e dos políticos, como se a política e os políticos não tivessem nascido dessa sociedade que os elege! Falo desse esporte infantil e ingênuo de abrir mão de debater a estrutura e as raízes que levam a esse problema. Aí, diria eu, sorte do Marcelo naquele dia — porque ele disse isso de forma bem humorada, para fazer uma brincadeira — e azar da democracia, e azar do País. Porque quando os nossos filhos tiverem vergonha de serem políticos, o País vai ter



vergonha da democracia. E quando a gente se sentir satisfeito de sentar à mesa do bar e falar mal dos políticos de forma generalizada, sem arrumar solução para os problemas do País, os mais pobres vão ver aprofundarem a sua fome e a sua exclusão, porque eles não têm outra voz a não ser a voz do voto, pois no dia da eleição, o mais rico de todos os brasileiros e o mais pobre de todos os brasileiros têm o mesmo voto. Às vezes, leio teorias que procuram explicar que o pobre não sabe escolher bem como votar. Mas eu não concordo com essa teoria. Já ouvi isso de gente muito famosa, inclusive de editorialistas com grande poder de informação. Alguns dizem que esse ou aquele voto foi manipulado por um programa social. Manipulado como, gente? Um programa social faz parte do conjunto de avaliações que o cidadão tem que fazer para definir o seu voto — é óbvio! Agora, o problema mesmo é que no dia da eleição o voto é igual, mas o poder de financiar não é igual. Então, nós temos, sim, eleitores diferentes no Brasil: o eleitor que controla a lista de quem ele vai financiar e o eleitor que só pode ir lá no dia 3 de outubro para escolher o candidato em que vai votar. Então, nós estamos com uma democracia que está se desestruturando.

E aí, para perder ou para ganhar, eu quero terminar essa festa. Posso terminar vibrando, no plenário, ou posso terminar um pouco triste — mas eu prefiro terminar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vamos lá, então!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando uma próxima para o dia 7 de março, em plenário a ser posteriormente definido e comunicado, para iniciarmos formalmente a discussão do parecer do Relator, salvo fato superveniente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E eu convoco a consultoria para uma reunião amanhã de manhã, para fazermos os últimos ajustes no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrada a sessão.